



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**CONTRATO Nº 12/2023**

**CONTRATO TRE-RO N. 12/2023**

**PROCESSO SEI N. [0002221-59.2021.6.22.8000](#)**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 81/2022**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 31/2022**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM  
A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL  
REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA -  
TRE-RO, E A EMPRESA PRESERVA  
SOLUÇÕES LTDA, PARA COLETA DE  
RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I –  
PERIGOSOS PRODUZIDOS PELO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL.**

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG \*\*\*.893-SSP/RO e do CPF \*\*\*.106.849-\*\*, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **PRESERVA SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **15.515.617/0001-17**, com sede no Sítio Linha 184, KM 11,5, Lado Norte, Lote 27 da Gleba 13 – Bairro Zona Rural, em Rolim de Moura – RO. CEP: 76.940-000. Telefone(s): (69) 3442-9001 / (69) 98491-1661 / (69) 98459-1554. E-mail(s): [preserva\\_solucoes@hotmail.com](mailto:preserva_solucoes@hotmail.com), neste ato representada por seu Sócio, senhor **LUCAS ANACLETO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. \*\*\*.180 SSP/RO e CPF nº. \*\*\*.221.102-\*\*, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho 964/2022-PRES/DG/GABDG, de 01/08/2022 (evento [0866828](#)); e o Termo de Homologação da Licitação constante no Despacho 1281/2022-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PRES/DG/GABDG, de 29/09/2022 (evento [0908632](#)), bem como nas demais normas indicadas na Cláusula “DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições,

**DO OBJETO**

**(Art. 55, I e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Constitui objeto deste Contrato a contratação de prestação de serviços de **COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I – PERIGOSOS**, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, compreendendo também a pesagem, o transporte, eventual armazenamento temporário e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos produzidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO).

**Subcláusula Primeira** – Mediante assinatura do presente instrumento, a CONTRATADA ratifica ter ciência e se compromete com o cumprimento do disposto neste instrumento e no Termo de Referência respectivo, incluindo em seus diversos Anexos, cujos principais estão a seguir relacionados e devem ser observados na execução deste Contrato:

- I. ANEXO II** – Termo de Recebimento Provisório (evento [0843679](#));
- II. ANEXO III** - Termo de Recebimento Definitivo (evento [0843680](#));
- III. ANEXO IV** – Modelo Indicação de Responsável Técnico (evento [0843683](#)).
- IV. ANEXO V** – Modelo Declaração Disponibilidade (evento [0858541](#)).

**Subcláusula Segunda** - A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental atualmente definidos para esta contratação, conforme detalhado no Capítulo 5 do Termo de Referência correspondente.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas nos respectivos Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos, incluindo no Termo de Referência e anexos, bem como na proposta da CONTRATADA.

**DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Quanto às especificações dos serviços de coleta e resíduos sólidos:

**I** - Os serviços são constituídos pela coleta, eventual armazenamento temporário, transporte e destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos Classe I – Perigosos, de resíduos sólidos dessa categoria armazenados nas dependências do CONTRATANTE.

**II - DEFINIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE ACORDO COM O ITEM 3.1 DA NBR 10004:2004:** Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. São incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistema de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

**III - RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE:** Além dos resíduos sólidos descritos no item II acima, há também alguns RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, de acordo com a classificação da NBR 12.808:2016.

**IV** – Há também, uma pequena quantidade dos seguintes materiais: corretivo líquido, água sanitária, inseticida, fósforos e álcool em gel vencido, aditivo de água de radiador e descarbonizante e goma para chapa *off-set*, conforme especificados no Termo de Referência correspondente.

**V** - A execução dos serviços especializados de coleta, eventual armazenamento temporário, transporte e destinação final adequada de resíduos sólidos Classe I – Perigosos produzidos pelos órgãos que integram o registro de preços deverão observar as disposições contidas neste termo de referência, os normativos federais, estaduais e municipais que versem sobre seu objeto e as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Sanitária), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais órgãos que expeçam normativos para os serviços aqui tratados.

**DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço por item.

**DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA QUARTA** – Para garantir a plena e eficaz execução dos serviços, poderá a CONTRATADA subcontratá-los parcialmente (art. 89 da IN TRE-RO n. 04/2008). A subcontratação observará as regras abaixo:

- I - A subcontratação deverá ser previamente aprovada pelo CONTRATANTE;
- II - Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da CONTRATADA de modo a proporcionar o andamento harmonioso dos serviços em relação ao todo do objeto;
- III - A eventual empresa subcontratada deverá comprovar todos os requisitos de habilitação técnica exigidos pelo edital e seus anexos para a execução dos serviços contratados;
- IV - A subcontratação de partes do objeto não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais e/ou contratuais; e
- V - Responderá a CONTRATADA perante a Administração e terceiros pela parte que subcontratou.

**DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

**(Art. 55, IV, da Lei 8.666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA QUINTA** - Este Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO.

**Subcláusula única** – Quanto ao prazo de execução deste Contrato, a CONTRATADA deverá fazer a coleta no prazo de até 15 (quinze) dias, a partir da data de autorização e agendamento pelo gestor desta contratação, obedecendo-se ao cronograma das coletas.

**DO VALOR**

**(Art. 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** – O valor total estimado deste Contrato é de **R\$ 1.423,45** (um mil quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e cinco centavos), para o período total de vigência deste instrumento, consoante detalhado abaixo:

<b>Tabela 4 - PREÇO ESTIMADO – TRE-RO</b>				
<b>ITEM</b>	<b>RESÍDUO</b>	<b>QUANTITATIVO ESTIMADO (KG)</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)</b>
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS	220	3,00	660,00
<b>ITEM 2</b>	Pilhas, baterias e no-breaks	71	2,80	198,80
<b>ITEM 3</b>	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	7	2,90	20,30
<b>ITEM 5</b>	Sucatas e suprimentos	31	3,60	111,60



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos			
<b>ITEM 6</b>	Lâmpadas, cabecote de aparelho de raio X odontológico	22	4,20	92,40
<b>ITEM 7</b>	Óleo de arrefecimento de cabecote de aparelho de raio X odontológico	1	3,60	3,60
<b>ITEM 12</b>	Aparelho para raio X inservível	31	4,25	131,75
<b>ITEM 13</b>	Materiais hospitalares diversos inservíveis	50	4,10	205,00
<b>PESO TOTAL ESTIMADO DE RESÍDUOS (Kg)</b>		<b>433</b>	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS DESTA CONTRATAÇÃO</b>	<b>(R\$) 1.423,45</b>

**Subcláusula Primeira**– No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, inerentes aos procedimentos de execução dos serviços ora contratados, como manutenção evolutiva, preventiva e corretiva em software, atualização, impostos, taxas e demais encargos pertinentes, entre outros.

**Subcláusula Segunda** – As condições quanto à eventual reajuste, à eventual reequilíbrio e à outras eventuais alterações constam detalhadas na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** - As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta do Orçamento Ordinário 2023 do TRE-RO, Fonte: 1000000000, ELEMENTO DE DESPESA: 339039, Nota de Empenho nº 2023NE000291, de 06/06/2023 (evento [1019310](#)), a ser reforçada durante a execução contratual, caso necessário, e consoante detalhado a seguir:

<b>ATEGORIA ORÇAMENTO)</b>	<b>(TIPO DE</b>	<b>DE</b>	Manutenção Geral / Orçamento Ordinário
<b>AGREGADOR</b>			Manutenção da Infraestrutura Física
<b>DESPESA AGREGADA</b>			Limpeza e conservação
<b>PLANO INTERNO</b>			AIEF LIMPEZ

### **DO PAGAMENTO**

**(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O pagamento desta contratação observará o que segue:

**I** – O pagamento será realizado após o recebimento definitivo dos serviços, atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Fatura/Nota Fiscal;

**II** - A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com a nota fiscal o **termo de recebimento definitivo** dos serviços expedido pelo fiscal do contrato;

**III** – Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento deverá à CONTRATADA deverá demonstrar a regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça, observando que:

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a CONTRATADA deverá regularizar sua





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

**IV** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta ou em virtude de penalidade, irregularidade na execução ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA.

**V**- Sobre os valores dos serviços serão aplicadas as retenções legais, no que couber, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

**VI** - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento conforme ora descrito, poderá ser aplicada multa por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanção prevista neste instrumento. O pagamento será realizado com a devida retenção da multa a ser aplicada, o qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. (*Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012*).

**VII** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**VIII** - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

**IX** – Nos eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação - que será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência e calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = \frac{0,00016438}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**X** - A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

### **DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

**(Art. 67, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** – No TRE-RO, a **gestão** e a **fiscalização**, deverá ser observado o que segue:

**I** – A **gestão** deste Contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, e, na eventual ausência do titular, essa função será exercida pelo seu respectivo substituto, ao qual compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO.

**II** - A **fiscalização** deste Contrato será realizada:

1. Pelo titular da **Seção de Voto Informatizado e Urnas Eletrônicas - SEVUE**, ou por seu substituto, em suas ausências legais, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
2. Pelo titular da **Seção de Assistência Médica e Social - SAMES**, ou por seu substituto, em suas ausências legais, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
3. Pelo titular da **Seção de Manutenção Predial - SEMAP**, ou por seu substituto, em suas ausências legais, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
4. Pelo titular da **Seção de Administração Predial - SEAP**, ou por seu substituto, em suas ausências legais, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, em relação aos resíduos informados por essa unidade;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Pelo titular da **Seção de Almoxarifado - SEALM**, ou por seu substituto, em suas ausências legais, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, em relação aos resíduos informados por essa unidade;

6. Pelo titular da **Coordenadoria da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP**, ou por seu substituto, em suas ausências legais, a quem compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, em relação aos demais resíduos.

**III** - A unidade gestora poderá solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do TRE-RO.

**Subcláusula única** – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução deste instrumento não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

## **DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)**

**CLÁUSULA NONA** – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As Partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;
8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Pelo CONTRATANTE, o servidor designado pela Administração do TRE-RO.

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA – São obrigações do CONTRATANTE:**

**I -** Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da CONTRATADA, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

**II -** Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento contratual;

**III -** Reunir-se com a CONTRATADA, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;

**IV -** Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

**V -** Fornecer todas as informações solicitadas pelos órgãos competentes, relativas à natureza, ao tipo, às características e ao gerenciamento dos resíduos produzidos;

**VI –** Permitir à CONTRATADA, sob seu acompanhamento e se necessário, a segregação e o acondicionamento dos resíduos sólidos armazenados em suas dependências nos termos das normas legais e regulamentares;

**VII -** Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

**VIII -** Notificar a CONTRATADA para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos serviços em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IX** - Rejeitar, através do fiscal contrato, os serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas neste instrumento e fixar prazo para a correta execução dos serviços;

**X** - Receber os serviços, através do fiscal do contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido no termo de referência e neste contrato, certificando as notas Fiscais pela prestação dos serviços;

**XI** - Realizar o pagamento pelos serviços prestados de forma regular;

**XII** - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública;

**XIII** - Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;

**XIV** - Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Art. 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – São obrigações da CONTRATADA:

**I** - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução dos serviços nos termos estabelecidas no edital e seus anexos, na sua proposta comercial e neste instrumento contratual, especialmente o prazo definido para realizar a coleta dos resíduos sólidos;

**II** – Participar de reuniões com o CONTRATANTE ou responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução dos serviços;

**III** - Apresentar-se e manter-se em condições de plena regularidade e validade todos os documentos e comprovações previstos neste contrato e na legislação aplicável aos serviços;

**IV** – Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**V** - Executar os serviços de coleta, manuseio e transporte com a utilização de equipamentos de proteção individual pelos profissionais qualificados e treinados, com curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP (art. 15 do Decreto n. 96044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

**VI** - Executar as coletas nas datas agendadas com o fiscal ou o gestor do contrato;

**VII** – Garantir que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina durante o período de permanência nas dependências do contratante, recomendando-se o uso de uniforme da empresa, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, chinelos de dedo, camisetas regatas ou sem camisa);

**VIII** - Realizar o transporte em veículo apropriado, de acordo com as normas da ABNT NBR 13221:2017 e ABNT NBR 12810:2020, da Licença Ambiental de Operação – LAO para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

**IX** - Caso não seja a responsável pela destinação final, emitir o **Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR**, documento numerado, gerado por meio do SINIR, que deverá acompanhar o transporte do resíduo até a destinação final ambientalmente adequada;

**X** - Apresentar, tão logo esteja em seu poder, o **Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDF**, documento do SINIR emitido pelo Destinador e de sua exclusiva responsabilidade que atesta a tecnologia aplicada ao tratamento e/ou destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos em suas respectivas quantidades, contidos em um ou mais MTRs;

**XI** – Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento notificação, salvo justificativa razoável;

**XII** - Manter os profissionais indicados no certame licitatório como responsável técnico para atuar nessa condição durante a prestação dos serviços. Admite-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência de caso fortuito ou força maior, apenas por profissionais





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com perfis técnicos equivalentes ou superiores e mediante prévia autorização do órgão CONTRATANTE;

**XIII** – Responsabilizar-se pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelo CONTRATANTE e por ela recolhidos, incluindo o transporte, eventual armazenamento e a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada, obrigando-se a ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer despesas que essa venha a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais;

**XIV** - Apresentar ao CONTRATANTE os **registros e comprovantes de TODOS** as movimentações dos resíduos que sejam de sua responsabilidade até a destinação final por meio do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR;

**XV** - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;

**XVI** – Apenas subcontratar parcialmente os serviços com prévia anuência do CONTRATANTE e com observância estrita das regras definidas neste instrumento contratual;

**XVII** - Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do contrato (Art. 70 da Lei n. 8666/93), não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade a eventual subcontratação parcial dos serviços e o fato de o CONTRATANTE fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços;

**XVIII** - Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça;

**XIX**- Apresentar todos os documentos exigidos pelo contrato para ter direito ao pagamento dos serviços executados de forma definitiva;

**XX**- Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**XXI** - Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pela Administração contratante, não os



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à CONTRATADA, durante e após a vigência do contrato;

**XXII** - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total estimado do contrato, na forma do artigo 65, § § 1º e 2º, da Lei n. 8666/93.

**XXIII** - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações solicitadas;

**XXIV** - Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência – após a assinatura do contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

**XXV** - Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável aos serviços objeto do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – É expressamente proibido à CONTRATADA:**

**I** - Além de outras proibições contidas na legislação e normativos ambientais, são expressamente proibidas à **CONTRATADA**, conforme disposto na Lei n. 12305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos e/ou rejeitos:

- a) lançamento em quaisquer corpos hídricos;
- b) lançamento *in natura* a céu aberto;
- c) queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- d) outras formas vedadas pelo poder público;
- e) deposição inadequada no solo;
- f) deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
- g) lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- h) infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental competente;
- i) utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente; e
- j) utilização para alimentação humana.

### **DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO**

**(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Quanto à execução dos serviços ora contratados, deverão ser observadas as seguintes condições:

**A)** Os serviços de coletas serão realizados no local e horário, conforme a necessidade do TRE-RO, informados a seguir:

<b>TABELA 1</b>		
<b>ÓRGÃO</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>DIA/HORÁRIO DAS COLETAS</b>
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-901, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato.

**I** - Havendo impossibilidade justificada de proceder a uma coleta de resíduos agendada, a CONTRATADA deverá comunicar, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data agendada, o fato à fiscalização do contrato para que sejam tomadas as medidas preventivas necessárias e o reagendamento da coleta.

**II** – A responsabilidade pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelo CONTRATANTE e recolhidos pela CONTRATADA, incluindo o transporte, eventual armazenamento temporário e a respectiva destinação ou disposição final ambientalmente adequada, é INTEIRAMENTE da CONTRATADA, obrigando-se a ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer despesas que esses venham a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais aplicadas a essa atividade.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **1. TIPOS DE RESÍDUOS:**

**I – A coleta de resíduos Classe I – perigosos**, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, diante relacionados:

**a) LÂMPADAS FLUORESCENTES** (NBR 10004:2004 - código de Classificação F044), constituinte perigoso: mercúrio; característica da periculosidade: tóxico; incluem-se nessa coleta também lâmpadas de LED (*Light Emitting Diode*);

**b) PILHAS E BATERIAS E NO BREAKS** (NBR 10004:2004 - Código de Classificação F042, constituinte perigoso: chumbo e ácido sulfúrico; característica da periculosidade: tóxico e corrosivo;

**b1)** consideram-se pilhas e baterias as que contenham em sua composição, um ou mais dos elementos chumbo, mercúrio, cádmio, lítio, níquel e seus compostos.

**c) PERIFÉRICOS E SUPRIMENTOS INSERVÍVEIS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**, tais como fitas de impressora matricial, cartuchos de toner de impressora a laser; mouse, teclado, CPU, monitores, placas de circuito impresso, kit de manutenção fotocondutor de impressora a laser e cabos de computador;

**d) SUCATAS E SUPRIMENTOS INSERVÍVEIS DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS;**

**e) SUCATAS E SUPRIMENTOS INSERVÍVEIS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS**, tais como carregador de celular ou de pilhas, controle remoto, fone de ouvidos (art. 33, inciso V, da Lei n. 12.305/2010);

**f) LÂMPADAS, CABEÇOTE DE APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO - RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE:** elementos plástico, metais eletrônicos, **sem componente radioativo** (laudo juntado no evento [0690247](#));

**g) ÓLEO DE ARREFECIMENTO DE CABEÇOTE DE APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO - RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE:** **sem componente radioativo** (laudo juntado no evento [0690247](#)) - (NBR 10004:2004 - código de Classificação F430);

**h) CORRETIVO LÍQUIDO:** A **composição** básica: óxido de titânio (responsável pela cor branca na maioria das tintas), água (solvente),



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

etanol (solvente, contribui para que a secagem seja rápida), polímero (para dar consistência) e dispersantes (para manter a mistura uniforme);

**i) ÁGUA SANITÁRIA:** A composição química da água sanitária é basicamente hipoclorito de sódio ou de cálcio em solução com uma proporção de “cloro ativo” de cerca de 2,5%;

**j) INSETICIDA:** Inseticida Marca Kellthine, vencida em 2017, frascos de 300mL/170g, composição: Ativos, emulsificantes, mascarante, solvente, antioxidantes, água e propelente. Ingredientes ativos: D'aletrina: 0,10% p/p; D'tetrametrina: 0,10% p/p; Cifenotrina: 0,13% p/p;

**k) FÓSFOROS:** Cada caixa com 240 fósforos de segurança longos, composição: Fósforo, Clorato de Potássio e aglutinantes;

**l) ÁLCOOL EM GEL VENCIDO:** Frasco com 420g, composição: Álcool, água, aloebabadensis extract, glycerin; carbomer, Triethanolamine, Methylchloroisothiazolinone, Methylchloroisothiazolinone;

**m) APARELHO PARA RAIOS X:** elementos plásticos, metais eletrônicos, **sem componente radioativo** (laudo juntado no evento [0690247](#));

**n) MATERIAL INSERVÍVEL HOSPITALAR - RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE:** materiais de utilização com pacientes na área odontológica, bem como os utilizados indiretamente pelos protéticos na confecção de próteses diversas, agulhas, amálgama, anestésicos, broca, cimento odontológico, espátula odontológica, filmes para raios-X, platina, seringas, sugador e afins (lista completa juntada no evento [0723841](#) do PSEI [0001669-94.2021.6.22.8000](#));

**o)** Aditivo de água de radiador e descarbonizante;

**p)** Goma para chapa off-set.

**II -** Devem ser observadas as normas definidas na ABNT NBR 12810:2020 para os materiais enquadrados como **resíduos de serviços de saúde**.

## **2. FORMA DE EXECUÇÃO DAS COLETAS:**

**I -** Todos os resíduos Classe I – Perigosos encontram-se armazenados em local reservado pelo CONTRATANTE em espaço de sua propriedade, no endereço informado neste instrumento;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**II** - Após a coleta dos resíduos será expedido pelo CONTRATANTE o **RECEBIMENTO PROVISÓRIO DOS SERVIÇOS** devidamente assinado pelas partes, com indicação de data, horário, espécie e quantidade de cada resíduo pesado e coletado pela CONTRATADA, além da comprovação das demais exigências contidas no termo de entrega;

**III** - A pesagem será realizada com a utilização de balança aferida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, de propriedade da CONTRATADA;

**IV** - Quantitativo estimado de resíduos para coleta:

<b>TABELA 2: RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS</b>		
<b>TIPO DE RESÍDUO DIVERSOS ITENS</b>		<b>QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE CADA RESÍDUO POR ÓRGÃO (KG)</b>
		<b>Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia TRE-RO</b>
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescentes e de LED	220
<b>ITEM 2</b>	Pilhas, baterias, no breaks	71
<b>ITEM 3</b>	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	7
<b>ITEM 4</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopiadoras	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>ITEM 5</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	31
<b>ITEM 6</b>	Lâmpadas, cabeçote de aparelho de raio X odontológico	22
<b>ITEM 7</b>	Óleo de arrefecimento de cabeçote de aparelho de raio x odontológico	1,00
<b>ITEM 8</b>	Corretivo líquido inservível	-
<b>ITEM 9</b>	Inseticida inservível	-
<b>ITEM 10</b>	Fósforos inservíveis	-
<b>ITEM 11</b>	Álcool em gel vencido	
<b>ITEM 12</b>	Aparelho para raio X inservível	31
<b>ITEM 13</b>	Materiais hospitalares diversos inservíveis	50
<b>ITEM 14</b>	Aditivo de água de radiador e descarbonizante	-
<b>ITEM 15</b>	Goma para chapa off-set	-
<b>QUANTITATIVO</b>		<b>433,00</b>





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>ESTIMADO – TOTAL GERAL (KG)</b>	
--	--

V - Os quantitativos descritos na Tabela acima são estimativos e, assim, não obriga o CONTRATANTE a efetuar a execução integral durante a vigência deste instrumento contratual.

**VI - CRONOGRAMA E QUANTITATIVO ESTIMADO DAS COLETAS:**

<b>TABELA 3: CRONOGRAMA E QUANTITATIVO DAS COLETAS</b>
--

MÊS DA COLETA	QUANTIDADE ESTIMADA (KG)	
JUNHO/2023	TRE-RO	433

VII - Os serviços de pesagem, coleta, manuseio e transporte deverão ser realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

VIII – Os resíduos deverão ser segregados e acondicionados pela contratada para transporte em conformidade com a legislação de serviços de coleta, manuseio e transporte realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

IX - O transporte deverá ser realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da **ABNT NBR 13221:2017** e, para os **RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, de acordo com as normas da **NBR 12.810:2020**, com **Licença Ambiental de Operação – LAO** para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

X - Os resíduos coletados poderão permanecer temporariamente armazenados em local adequado sob **TOTAL** responsabilidade da Contratada para encaminhamento oportuno à destinação final, desde que



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

devidamente comprovada a **Licença Ambiental de Operação – LAO para armazenamento temporário no local de resíduos perigosos Classe I;**

**XI** - As lâmpadas devem ser comprovadamente descontaminadas ou encaminhadas para empresa especializada na descontaminação. O processo de descontaminação deverá compreender a ruptura controlada que permita a captura do vapor de mercúrio, a separação e desmercurização dos componentes, e a destinação final que contemple o beneficiamento e o retorno à cadeia produtiva dos materiais recicláveis que as compõem.

**XII** - As pilhas, as baterias, os periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática, de máquinas fotocopadoras, de eletroeletrônicos, assim como os demais equipamentos inservíveis, devem ser comprovadamente reprocessadas ou encaminhados para empresas especializadas no reprocessamento por meio de processos que permitam a obtenção de sais e óxidos metálicos comprovadamente destinados como matéria-prima industrial;

**XIII** - Os materiais adiante descritos, a saber: óleo de arrefecimento de cabeçote de aparelho de raio x odontológico - **sem componente radiotivo**, corretivo líquido, água sanitária, inseticida, fósforos e álcool em gel, aditivo de água de radiador e descarbonizante e goma para chapa *offset*, devem ser comprovadamente reprocessados ou encaminhados para empresas especializadas no reprocessamento por meio de processos que permitam a obtenção de produtos comprovadamente destinados à matéria-prima industrial ou destinados de forma final e adequada à legislação ambiental que rege cada um deles;

**XIV** - A movimentação dos resíduos sólidos para destinação final deverá ser registrada no **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, disciplinado pela **Portaria do Ministério do Meio Ambiente n. 280, de 29/06/2020;**

**XV** - A destinação final dos resíduos deverá ser realizada por empresa **com Licença Ambiental de Operação – LAO** para essa atividade e adequada à legislação ambiental pertinente.

### **3. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO:**

**I** - O recebimento provisório dos serviços de coleta será atestado pelo fiscal do contrato no ato da retirada dos resíduos sólidos no próprio **RELATÓRIO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS, ANEXO II** do termo de referência.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **4. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO:**

**I-** O termo de recebimento definitivo dos serviços de coleta e destinação final adequada, na forma do **ANEXO III** do termo de referência, será expedido pelo fiscal do contrato mediante a apresentação pela CONTRATADA dos seguintes documentos de controle, acompanhamento das etapas do processo para fins de comprovação da destinação dos resíduos:

a) **Manifesto de transporte de resíduos** devidamente preenchido com data da coleta, unidade geradora, peso líquido dos resíduos, veículo transportador, forma de destinação, bem como a identificação e as assinaturas dos responsáveis pela geração, transporte, **responsável técnico** e pelo recebimento nos locais de armazenamento temporário ou de destinação final, se houver;

**II** – Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, deverá a contratada apresentar juntamente com a nota fiscal o **termo de recebimento definitivo** dos serviços expedido pelo fiscal do contrato.

#### **4.1. Recebimentos parciais**

a) **No TRE-RO:** Por questão de racionalidade e operacionalidade **NÃO** serão expedidos termos parciais de recebimentos para cada um dos resíduos coletados. A CONTRATADA deverá apresentar **TODOS** os manifestos referentes a **TODOS** os resíduos sólidos coletados, tanto na primeira quanto na segunda coleta, se houver.

### **5. DA COMPROVAÇÃO DA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS:**

**I - A Portaria do Ministério do Meio Ambiente n. 280, de 29/06/2020**, que institui o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR nacional, ferramenta online, autodeclaratório, válido no território nacional, emitido pelo **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, entre outras regras, estabeleceu:

Art. 3º Para os efeitos desta Portaria e para a utilização do MTR, além das definições estabelecidas pela Lei nº 12.305, de 2010, entende-se por:

...

**II - Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDF:** documento emitido pelo Destinator e de sua exclusiva responsabilidade que atesta a tecnologia aplicada ao tratamento e/ou destinação final ambientalmente adequada dos resíduos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**sólidos recebidos em suas respectivas quantidades, contidos em um ou mais MTRs:**

...

**Art. 14. Cabe ao destinador, fazer o aceite da carga de resíduos no sistema, procedendo a baixa dos respectivos MTRs, procedendo eventuais ajustes e correções, em um prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento da carga em sua unidade.**

§ 1º O não cumprimento do prazo disposto no caput sujeitará o destinador às sanções previstas na Legislação ambiental.

§ 2º O destinador poderá proceder a ajustes nas informações dos resíduos constantes no MTR, em caso de divergências quanto à quantidade, tecnologia de tratamento ou tipologia dos resíduos declaradas pelo gerador.

**§ 3º É de responsabilidade do destinador a emissão do Certificado de Destinação Final (CDF), assegurando ao gerador a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos.**

§ 4º O CDF somente será válido e reconhecido pelos órgãos ambientais competentes, quando emitido através do MTR.

§ 5º O destinador é o responsável pela veracidade e exatidão das informações constantes no CDF por ele emitido, documento que deve conter a assinatura digital do profissional responsável técnico pela destinação final realizada.

§ 6º A emissão do CDF deverá ser realizada apenas pelo destinador responsável, sendo vedada a emissão do CDF por agentes não envolvidos diretamente na destinação de resíduos, entre os quais os transportadores e os armazenadores temporários.

§ 7º O MTR emitido pelo sistema, bem como o Relatório de Recebimento gerado pelo sistema, não substituem o CDF.

**II - De acordo com o artigo 19 dessa norma, a partir de 1º de janeiro de 2021 essas regras são obrigatórias.**

**III - Em razão disso e sobretudo considerando que os órgãos estão sujeitos às normas da Portaria MMA n. 280/2020 pelo que determina o art. 20, I, da Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2020, a forma da comprovação da destinação final deverá ser realizada nos termos desse normativo, sendo que a execução plena dos serviços só ocorrerá com a comprovação da destinação final mediante a apresentação do Certificado de Destinação Final (CDF) pela contratada.**

**IV - Nesses termos, são obrigações da empresa coletora dos resíduos sólidos:**

**a)** cadastrar os resíduos no SINIR e demonstrar para a Administração sua destinação final, seja feita por ela própria ou por terceira empresa contratada para isso, por meio dos seguintes documentos:

**a1) Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR:** documento numerado, gerado por meio do SINIR, que deverá acompanhar o transporte do resíduo até a destinação final ambientalmente adequada (art. 3º, VIII, da Portaria MMA n. 280/2020);



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**a2) Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR** (art. 3º, I, da Portaria MMA n. 280/2020);

**a3) Aceite do destinatário final da carga de resíduos no sistema e a baixa dos respectivos MTRs**, com eventuais ajustes e correções, no prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento da carga em sua unidade (art. 14 da Portaria MMA n. 280/2020);

**a4) Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDF**: documento emitido pelo Destinador e de sua exclusiva responsabilidade que atesta a tecnologia aplicada ao tratamento e/ou destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos em suas respectivas quantidades, contidos em um ou mais MTRs (art. 3º, II, da Portaria MMA n. 280/2020).

**V - RESPONSABILIDADE PELOS RESÍDUOS APÓS SUA COLETA:** A responsabilidade pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelo CONTRATANTE e recolhidos pela CONTRATADA, incluindo o transporte, eventual armazenamento temporário e a respectiva destinação ou disposição final ambientalmente adequada, é INTEIRAMENTE da CONTRATADA, obrigando-se a ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer despesas que esses venham a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais aplicadas a essa atividade.

**VI -** A prática injustificada, pela CONTRATADA, de qualquer ato que impeça a destinação final dos resíduos e sua regular comprovação por meio do **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, acarretará a aplicação das sanções administrativas descritas no termo de referência.

## **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato e nos documentos a este vinculados, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas, conforme segue:

**1 - SANÇÕES MORATÓRIAS:** Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa moratória, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

**I -** Descumprir o prazo máximo de 15 (quinze) dias, após agendamento com o fiscal ou o gestor do contrato, para executar a coleta dos resíduos sólidos:

- a) até 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- c) de 11 (onze) a 30 (trinta) dias de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- d) atrasos superiores a 30 (trinta): multa de 6% (seis por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**II -** Descumprir o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para refazer ou corrigir os serviços não recebidos pela fiscalização:

- a) até 5 (cinco) dias úteis de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos;
- c) de 11 (onze) a 15 (trinta) dias úteis de atraso: multa de 10% (dez por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**III -** Descumprir a obrigação de registrar e apresentar ao CONTRATANTE os registros de todas as movimentações, até a destinação final, dos resíduos sólidos no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR:

- a) até 5 (cinco) dias úteis de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado;
- c) de 11 (onze) a 15 (trinta) dias úteis de atraso: multa de 10% (dez por cento) do valor contratado; podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**IV -** Praticar qualquer ato que embarace impeça a destinação final dos resíduos ou sua regular comprovação por meio do Sistema Nacional de





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR: multa de 10% (dez por cento) do valor contratado, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**V** - Descumprir de forma injustificada os prazos fixados pelo fiscal ou gestor do contrato para o cumprimento das demais obrigações contratuais, contados do recebimento da notificação:

- a) Até 5 (cinco) dias úteis: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;
- b) De 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis: multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;
- c) Mais de 10 (dez) dias úteis: multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

**2 - SANÇÕES PUNITIVAS:** Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

**I** - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

**II** - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total estimado do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

**III** - suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**V** - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).

**3** - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

**4** - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital respectivo, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008- TRE-RO.

**5** - Na aplicação das penalidades será sempre considerada a produção de prejuízo para o CONTRATANTE, podendo ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a juízo da Administração, observadas a regras da Instrução Normativa nº 004/08, disponível no site deste TRE-RO.

**6** - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

**7** - Sem prejuízo da rescisão deste instrumento – decretada no exercício do juízo de conveniência e oportunidade da CONTRATANTE - as condutas de inexecução parcial deste Contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações, como aquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, podem ser sancionadas com a pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal - SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002).

**8** - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

**9** - As multas previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração Contratante.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**10 -** O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário).

**11 -** O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada a CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação da CONTRATADA.

**12 -** Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado do pagamento da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

**13 -** No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo pendente do valor das penalidades aplicadas ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União – DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).

**14 -** De igual modo, no caso de a CONTRATADA não ter nenhum valor a receber deste Tribunal o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).

**15 -** No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

**16 -** Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

**17** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**18** - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

**19** - O procedimento para aplicação de sanções observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

**20** - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

### **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção Das Sanções Administrativas deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** – A rescisão contratual poderá ser:

**I** - Por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

**II** - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo administrativo respectivo desde que haja conveniência para o contratante; e

**III** - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência deste instrumento, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** – Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

### **DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Art. 65 e seus §§, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às requisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quinta** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste Contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** - Os preços dos serviços serão fixos e irreajustáveis. Contudo, caso ocorra a prorrogação dos contratos originados nas atas de registro de preços, os valores estipulados em contrato poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo, de acordo com regulamentação do órgão governamental competente.

**Subcláusula Sétima** – Havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Art. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Art. 55, XII, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** – À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Licitação respectivo e seus Anexos, nas Leis Federais 8.666/1993 (Licitações e Contratos), 10.520/2002 (Pregão Eletrônico, 12.305/10 e 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), Lei Estadual 2.962/13 e Municipal 2.138/2014 e 546/2014, Decretos Federais 3555/2000, 7892/2013, 9507/2018, 10.024/2019 e 96.044/88, Resolução TSE 23.702/2022, Resolução CNJ 201/2015, Resoluções CONAMA n. 401/2008 e 452/2012, Resolução CONTRAM n. 168/2004, Instrução Normativa SG/MPDG n. 5/2017, Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010, as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), de forma subsidiária, Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), decisões e orientações do Tribunal de Contas da União – TCU, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e, ainda, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e Instrução Normativa TRE-RO 004/2008.

**Subcláusula única** – Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DO FORO**

**(Art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 7 de junho de 2023.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>LUCAS ANACLETO</b> Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 07/06/2023, às 14:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ANACLETO, Usuário Externo**, em 07/06/2023, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 07/06/2023, às 15:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 07/06/2023, às 15:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1019572** e o código CRC **EAD5F8FF**.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002221-59.2021.6.22.8000

1019572v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

## **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 11/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP**

### **1. INTRODUÇÃO**

**1.1.** Este termo de referência é elaborado em conformidade à legislação aplicável, com destaque para o disposto no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto n. 10.024, 20 de setembro de 2019; Decreto Federal n. 7.892 de 23 de janeiro de 2013; art. 19 da Instrução Normativa TRE-RO n. 004, de 30 de outubro de 2008 e, ainda, observando o Acordo de Cooperação Técnica, celebrado em 17 de outubro de 2017 entre diversos órgãos públicos do Estado de Rondônia, que institui a **ECOLIGA-RO**, que tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando o compartilhamento, implementação e integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental.

**1.2** Observa ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução TSE n. 23.234, de 25 de março de 2010, utilizando-se subsidiariamente, também **NO QUE APLICÁVEL**, a Instrução Normativa SG/MPDG n. 5, de 26 de maio de 2017 - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

### **2. OBJETO**

**2.1 FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS** pelos órgãos e entidades da Administração Pública para eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de **COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I – PERIGOSOS**, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, compreendendo também a pesagem, o transporte, eventual armazenamento temporário e a destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos produzidos pelos seguintes órgãos:

**2.1.1 ÓRGÃO GERENCIADOR:** Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) - Código da UASG: 070024.

#### **2.1.2 ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

I - Procuradoria da República no Estado de Rondônia - Código da UASG: 200046;

II - Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia - Código da UASG: 090025;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - Código da UASG: 935002;

IV - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - Código da UASG: 925006;

V - Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região - Código da UASG: 200095;

VI - Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Código da UASG: 080015.

### **2.2 DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:**

#### **2.2.1 REGRAS GERAIS:**

**I** - Os serviços são constituídos pela coleta, eventual armazenamento temporário, transporte e destinação final adequada à legislação ambiental dos resíduos Classe I – Perigosos, de resíduos sólidos dessa categoria armazenados nas dependências dos órgãos que participam do registro de preços.

**II - DEFINIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE ACORDO COM O ITEM 3.1 DA NBR 10004:2004:** Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. São incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistema de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

**III - RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE:** Além dos resíduos sólidos descritos no item II acima, há também alguns **RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, de acordo com a classificação da **NBR 12.808:2016**.

**IV** - Há também, uma pequena quantidade dos seguintes materiais: corretivo líquido, água sanitária, inseticida, fósforos e álcool em gel vencido, aditivo de água de radiador e descarbonizante e goma para chapa *off-set*, conforme especificados neste TR.

**V** - A execução dos serviços especializados de coleta, eventual armazenamento temporário, transporte e destinação final adequada de resíduos sólidos Classe I – Perigosos produzidos pelos órgãos que integram o registro de preços deverão observar as disposições contidas neste termo de referência, os normativos federais, estaduais e municipais que versem sobre seu objeto e as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais órgãos que expeçam normativos para os serviços aqui tratados.

**VI - LOCAL E HORÁRIO DAS COLETAS:** As coletas serão realizadas nos locais e horários informados no quadro adiante:

<b>TABELA 1</b>		
<b>ÓRGÃO</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>DIA/HORÁRIO DAS COLETAS</b>
Tribunal Regional	Av. Presidente Dutra,	De segunda-feira a sexta-



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Eleitoral de Rondônia	1889, Baixa da União, CEP 76805-901, Porto Velho, Rondônia	feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Procuradoria da República Estado de Rondônia	Rua José Camacho, 3307, Embratel, CEP 76820-886, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 2203, Centro, CEP 76805-902, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	Av. Presidente Dutra, 4229, Olaria, CEP 76801-327, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Rua José Camacho, 585, Olaria, CEP 76801-330, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região	Av. Presidente Dutra, 4055, Olaria, CEP 76801-327, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	Av. Almirante Barroso, 600, Centro, CEP 76801-901, Porto Velho, Rondônia	De segunda-feira a sexta-feira, em horário previamente agendado com a fiscalização do contrato

**VII – ALTERAÇÕES:** Havendo impossibilidade justificada de proceder a uma coleta de resíduos agendada, a contratada deverá comunicar, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data agendada, o fato à fiscalização do contrato para que sejam tomadas as medidas preventivas necessárias e o reagendamento da coleta.

**VIII - RESPONSABILIDADE PELOS RESÍDUOS APÓS SUA COLETA:** A responsabilidade pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelos órgãos contratantes e recolhidos pela contratada, incluindo o transporte, eventual armazenamento temporário e a respectiva destinação ou disposição final ambientalmente adequada, é INTEIRAMENTE da contratada, obrigando-se a ressarcir aos contratantes quaisquer despesas que esses venham a suportar em razão



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais aplicadas a essa atividade.

### **2.2.2 TIPOS DE RESÍDUOS:**

**I - RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS**, conforme definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012, diante relacionados:

**a) LÂMPADAS FLUORESCENTES** (NBR 10004:2004 - código de Classificação F044), constituinte perigoso: mercúrio; característica da periculosidade: tóxico; incluem-se nessa coleta também lâmpadas de LED (*Light Emitting Diode*);

**b) PILHAS E BATERIAS E NO BREAKS** (NBR 10004:2004 - Código de Classificação F042, constituinte perigoso: chumbo e ácido sulfúrico; característica da periculosidade: tóxico e corrosivo;

**b1)** consideram-se pilhas e baterias as que contenham em sua composição, um ou mais dos elementos chumbo, mercúrio, cádmio, lítio, níquel e seus compostos.

**c) PERIFÉRICOS E SUPRIMENTOS INSERVÍVEIS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**, tais como fitas de impressora matricial, cartuchos de toner de impressora a laser; mouse, teclado, CPU, monitores, placas de circuito impresso, kit de manutenção fotocondutor de impressora a laser e cabos de computador;

**d) SUCATAS E SUPRIMENTOS INSERVÍVEIS DE MÁQUINAS FOTOCOPIADORAS;**

**e) SUCATAS E SUPRIMENTOS INSERVÍVEIS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS**, tais como carregador de celular ou de pilhas, controle remoto, fone de ouvidos (art. 33, inciso V, da Lei n. 12.305/2010);

**f) LÂMPADAS, CABEÇOTE DE APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO - RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE:** elementos plástico, metais eletrônicos, **sem componente radioativo** (laudo juntado no evento [0690247](#));

**g) ÓLEO DE ARREFECIMENTO DE CABEÇOTE DE APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO - RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE:** **sem componente radioativo** (laudo juntado no evento [0690247](#)) - (NBR 10004:2004 - código de Classificação F430);

**h) CORRETIVO LÍQUIDO:** A **composição** básica: óxido de titânio (responsável pela cor branca na maioria das tintas), água (solvente), etanol (solvente, contribui para que a secagem seja rápida), polímero (para dar consistência) e dispersantes (para manter a mistura uniforme);

**i) ÁGUA SANITÁRIA:** A composição química da água sanitária é basicamente hipoclorito de sódio ou de cálcio em solução com uma proporção de “cloro ativo” de cerca de 2,5%;

**j) INSETICIDA:** Inseticida Marca Kellthine, vencida em 2017, frascos de 300mL/170g, composição: Ativos, emulsificantes, mascarante, solvente,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

antioxidantes, água e propelente. Ingredientes ativos: D'aletrina: 0,10% p/p; D'tetrametrina: 0,10% p/p; Cifenotrina: 0,13% p/p;

**k) FÓSFOROS:** Cada caixa com 240 fósforos de segurança longos, composição: Fósforo, Clorato de Potássio e aglutinantes;

**l) ÁLCOOL EM GEL VENCIDO:** Frasco com 420g, composição: Álcool, água, aloebarbadensis extract, glycerin; carbomer, Triethanolamine, Methylchloroisothiazolinone, Methylchloroisothiazolinone;

**m) APARELHO PARA RAIOS X:** elementos plásticos, metais eletrônicos, **sem componente radioativo** (laudo juntado no evento [0690247](#));

**n) MATERIAL INSERVÍVEL HOSPITALAR - RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE:** materiais de utilização com pacientes na área odontológica, bem como os utilizados indiretamente pelos protéticos na confecção de próteses diversas, agulhas, amálgama, anestésicos, broca, cimento odontológico, espátula odontológica, filmes para raios-X, platina, seringas, sugador e afins (lista completa juntada no evento [0723841](#) do PSEI [0001669-94.2021.6.22.8000](#));

**o)** Aditivo de água de radiador e descarbonizante;

**p)** Goma para chapa off-set.

**II** - Devem ser observadas as normas definidas na ABNT NBR 12810:2020 para os materiais enquadrados como **resíduos de serviços de saúde**.

### **2.2.3 FORMA DE EXECUÇÃO DAS COLETAS:**

**I** - Todos os resíduos Classe I – Perigosos encontram-se armazenados em locais reservados pelos órgãos contratantes em espaços de sua propriedade, nos endereços informados neste TR;

**II** - Após a coleta dos resíduos será expedido pelo contratante o **RECEBIMENTO PROVISÓRIO DOS SERVIÇOS**, devidamente assinado pelas partes, com indicação de data, horário, espécie e quantidade de cada resíduo pesado e coletado pela contratada, além da comprovação das demais exigências contidas no termo de entrega;

**III** - A pesagem será realizada com a utilização de balança aferida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, de propriedade da contratada;

**IV** - Quantitativo estimado de resíduos para coleta:

<b>TABELA 2: RESÍDUOS CLASSE I – PERIGOSOS</b>							
<b>TIPO DE RESÍDUO</b>	<b>QUANTITATIVOS ESTIMADOS DE CADA RESÍDUO POR ÓRGÃO</b>						
	<b>(KG)</b>						
<b>DIVERSOS ITENS</b>	Tribunal Regional	Procuradoria da	Justiça Federal -	Tribunal de	Tribunal de Justiça	Procuradoria Regional do	Tribuna Regional

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		Eleitoral de Rondônia <b>TRE-RO</b>	República no Estado de Rondônia <b>MPF/RO</b>	Seção Judiciária de Rondônia	Contas do Estado de Rondônia <b>TCE/RO</b>	do Estado de Rondônia <b>TJ/RO</b>	Trabalho da 14ª Região <b>PRT- 14</b>	do Trabalh 14ª Região <b>TRT - 14</b>
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescentes e de LED	220	10	350	30	332	30	100
<b>ITEM 2</b>	Pilhas, baterias, no breaks	71	60	15	4500	2636	20	500
<b>ITEM 3</b>	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	7	70	100	550	-	100	100
<b>ITEM 4</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopiadoras	-	60	-	250	4.185	10	50
<b>ITEM 5</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	31	30	100	150	1755,50	100	100
<b>ITEM 6</b>	Lâmpadas, cabeçote de aparelho de raio X odontológico	22	-	-	-	-	-	-
<b>ITEM 7</b>	Óleo de arrefecimento de cabeçote de aparelho de raio x odontológico	1,00	-	-	-	1521	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>ITEM 8</b>	Corretivo líquido inservível	-	-	-	-	15,50	5	-
<b>ITEM 9</b>	Inseticida inservível	-	-	-	-	18,00	-	-
<b>ITEM 10</b>	Fósforos inservíveis	-	-	-	-	1,50	-	-
<b>ITEM 11</b>	Álcool em gel vencido		30	-	-	-	-	-
<b>ITEM 12</b>	Aparelho para raio X inservível	31	-	-	-	-	-	-
<b>ITEM 13</b>	Materiais hospitalares diversos inservíveis	50	-	-	-	-	-	60
<b>ITEM 14</b>	Aditivo de água de radiador e decarbonizante	-	-	-	-	132	-	-
<b>ITEM 15</b>	Goma para chapa off-set	-	-	-	-	16	-	-
<b>QUANTITATIVO ESTIMADO – TOTAIS POR ÓRGÃO E TOTAL GERAL (KG)</b>		<b>433,00</b>	<b>260,00</b>	<b>565,00</b>	<b>5.480,00</b>	<b>10.612,50</b>	<b>265,00</b>	<b>910,00</b>

V - Os quantitativos descritos na Tabela 2 são estimativos e não obrigam os órgãos contratantes na sua execução integral durante a vigência do futuro contrato.

**VI - CRONOGRAMA E QUANTITATIVO ESTIMADO DAS COLETAS:**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TABELA 3: CRONOGRAMA E QUANTITATIVO DAS COLETAS**

QTIDADE ESTIMADA DE CADA ÓRGÃO (KG)		MÊS ESTIMADO PARA 1ª COLETA	QTIDADE ESTIMADA DA 1ª COLETA (KG)	MÊS ESTIMADO PARA 2ª COLETA	QTIDADE DA 2ª COLETA
TRE-RO	433	Novembro/2022	433	-	
MPF/RO	260	Setembro/22	160	Março/23	
JUSTIÇA FEDERAL RO	565	Novembro/22	300	Maió/23	
TCE-RO	5.480	Segundo semestre de 2022	3460	2023	
TJ/RO	10.612,50	agendar com o órgão			agendar
PRT-14	265			Novembro	
TRT-14	910	Novembro/22	não informou	abril/23	não

**IMPORTANTE:** Desde que seja possível a operacionalização pela contratada e havendo concordância dos órgãos previstas para um mesmo mês, poderão ser realizadas de forma unificada em todos os órgãos.

**VII** - Os serviços de pesagem, coleta, manuseio e transporte deverão ser realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

**VIII** – Os resíduos deverão ser segregados e acondicionados pela contratada para transporte em conformidade com a legislação de serviços de coleta, manuseio e transporte realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

**IX** - O transporte deverá ser realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da **ABNT NBR 13221:2017** e, para os **RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, de acordo com a normas da **NBR 12.810:2020, com Licença Ambiental de Operação – LAO** para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**X** - Os resíduos coletados poderão permanecer temporariamente armazenados em local adequado sob TOTAL responsabilidade da Contratada para encaminhamento oportuno à destinação final, desde que devidamente comprovada a **Licença Ambiental de Operação – LAO para armazenamento temporário no local de resíduos perigosos Classe I;**

**XI** - As lâmpadas devem ser comprovadamente descontaminadas ou encaminhadas para empresa especializada na descontaminação. O processo de descontaminação deverá compreender a ruptura controlada que permita a captura do vapor de mercúrio, a separação e desmercurização dos componentes, e a destinação final que contemple o beneficiamento e o retorno à cadeia produtiva dos materiais recicláveis que as compõem.

**XII** - As pilhas, as baterias, os periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática, de máquinas fotocopadoras, de eletroeletrônicos, assim como os demais equipamentos inservíveis, devem ser comprovadamente reprocessadas ou encaminhados para empresas especializadas no reprocessamento por meio de processos que permitam a obtenção de sais e óxidos metálicos comprovadamente destinados como matéria-prima industrial;

**XIII** - Os materiais adiante descritos, a saber: óleo de arrefecimento de cabeçote de aparelho de raio x odontológico - **sem componente radiotivo**, coretivo líquido, água sanitária, inseticida, fósforos e álcool em gel, aditivo de água de radiador e descarbonizante e goma para chapa *off-set*, devem ser comprovadamente reprocessados ou encaminhados para empresas especializadas no reprocessamento por meio de processos que permitam a obtenção de produtos comprovadamente destinados à matéria-prima industrial ou destinados de forma final e adequada à legislação ambiental que rege cada um deles;

**XIV** - A movimentação dos resíduos sólidos para destinação final deverá ser registrada no **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, disciplinado pela **Portaria do Ministério do Meio Ambiente n. 280, de 29/06/2020;**

**XV** - A destinação final dos resíduos deverá ser realizada por empresa **com Licença Ambiental de Operação – LAO** para essa atividade e adequada à legislação ambiental pertinente;

**XVI - POSSIBILIDADE DE VISITA TÉCNICA:** Havendo interesse, os interessados poderão **agendar previamente** visita técnica aos locais nos quais estão armazenados os resíduos sólidos, que poderá ocorrer até a data da apresentação das propostas (Acórdão TCU 1.979/2006-Plenário) e nos termos acordados pelos interessados com cada órgão por meio dos contatos descritos no quadro adiante:

<b>QUADRO - AGENDAMENTO DE VISITA TÉCNICA</b>	
<b>Órgão</b>	<b>Contato</b>
Tribunal Regional	Servidores Rudma Rosa Costa e Jamil Januário da Coordenadoria de Materi



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Eleitoral de Rondônia	Patrimônio, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO ou pelos telefones (69) 3211-2143 ou ainda, pelo e-mail: <b>comap@tre-ro.jus.br</b> .
Procuradoria da República no Estado de Rondônia	Servidor Anderson de Melo Braga, telefone (69) 3216-0560, e-mail: <b>pmselog@mpf.mp.br</b> , Rua José Camacho, 3307, Embratel, Porto Velho/RO.
Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia	Servidor Alex Correa Leles, telefones (69) 99261-0283, (69) 2181-5756, e-mail: <b>secad.ro@trf1.jus.br</b> e <b>nuasg.ro@trf1.jus.br</b> , Av. Presidente Dutra, 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO.
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	Servidor José Carlos de Souza Colares, telefone (69) 3609-6212, e-mail: <b>despat@tce.ro.gov.br</b> , Av. Presidente Dutra, 4229, bairro Olaria, Porto Velho/RO.
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Servidora Maiara Ribeiro de Moraes – Coordenadora da NAGES, telefone (69) 32171114, 3211.1369, e-mail: <b>nages@tjro.jus.br</b> , Rua José Camacho, 585, Olaria, Porto Velho/RO.
Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região	Servidor André Cortez de Oliveira, telefone (69) 3216-1200/99285- 0834, e-mail: <b>prrt14.slcc@mpt.mp.br</b> , Av. Presidente Dutra, 4055, bairro Olaria, Porto Velho/RO.
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	Servidor Rodrigo Araújo da Silva, telefone (69) 3218-6431/6432, e-mail: <b>clc@trt14.jus.br</b> , Av. Almirante Baroso, 600, Porto Velho/RO.

**XVII** - Os materiais estão minudamente descritos no item 2.2.2, I do termo de referência, motivo pelo qual entende-se desnecessárias fotos dos materiais que serão coletados. Além disso, tratam-se de resíduos considerados comuns, do conhecimento, trato e manuseio das empresas desse ramo comercial. Todavia, o acesso a características adicionais, se realmente julgadas necessárias por algum interessado, poderão ser verificadas quando de eventual visita técnica.

### **2.3 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO:**

**I** - O recebimento provisório dos serviços de coleta será atestado pelo fiscal do contrato no ato da retirada dos resíduos sólidos no próprio **RELATÓRIO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS, ANEXO II** deste termo de referência.

### **2.4. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**I** - O termo de recebimento definitivo dos serviços de coleta e destinação final adequada, na forma do **ANEXO III** deste termo de referência, será expedido pelo fiscal do contrato mediante a apresentação pela contratada dos seguintes documentos de controle, acompanhamento das etapas do processo para fins de comprovação da destinação dos resíduos:

a) **Manifesto de transporte de resíduos** devidamente preenchido com data da coleta, unidade geradora, peso líquido dos resíduos, veículo transportador, forma de destinação, bem como a identificação e as assinaturas dos responsáveis pela geração, transporte, **responsável técnico** e pelo recebimento nos locais de armazenamento temporário ou de destinação final, se houver;

**II** – Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, deverá a contratada apresentar juntamente com a nota fiscal o **termo de recebimento definitivo** dos serviços expedido pelo fiscal do contrato.

### **2.4.1. Recebimentos parciais**

a) **No TRE-RO:** Por questão de racionalidade e operacionalidade **NÃO** serão expedidos termos parciais de recebimentos para cada um dos resíduos coletados. A contratada deverá apresentar **TODOS** os manifestos referentes a **TODOS** os resíduos sólidos coletados, tanto na primeira quanto na segunda coleta, se houver;

b) **Nos demais órgãos:** Deverá ser definido previamente às coletas com o representante de cada órgão.

### **2.5. DA COMPROVAÇÃO DA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS:**

**I** - A **Portaria do Ministério do Meio Ambiente n. 280, de 29/06/2020**, que institui o Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR nacional, ferramenta online, autodeclaratório, válido no território nacional, emitido pelo **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, entre outras regras, estabeleceu:

Art. 3º Para os efeitos desta Portaria e para a utilização do MTR, além das definições estabelecidas pela Lei nº 12.305, de 2010, entende-se por:

...

**II** - **Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDF:** documento emitido pelo Destinator e de sua exclusiva responsabilidade que atesta a tecnologia aplicada ao tratamento e/ou destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos em suas respectivas quantidades, contidos em um ou mais MTRs:

...

**Art. 14.** Cabe ao destinador, fazer o aceite da carga de resíduos no sistema, procedendo a baixa dos respectivos MTRs, procedendo eventuais ajustes e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

correções, em um prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento da carga em sua unidade.

§ 1º O não cumprimento do prazo disposto no caput sujeitará o destinador às sanções previstas na Legislação ambiental.

§ 2º O destinador poderá proceder a ajustes nas informações dos resíduos constantes no MTR, em caso de divergências quanto à quantidade, tecnologia de tratamento ou tipologia dos resíduos declaradas pelo gerador.

**§ 3º É de responsabilidade do destinador a emissão do Certificado de Destinação Final (CDF), assegurando ao gerador a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos.**

§ 4º O CDF somente será válido e reconhecido pelos órgãos ambientais competentes, quando emitido através do MTR.

§ 5º O destinador é o responsável pela veracidade e exatidão das informações constantes no CDF por ele emitido, documento que deve conter a assinatura digital do profissional responsável técnico pela destinação final realizada.

§ 6º A emissão do CDF deverá ser realizada apenas pelo destinador responsável, sendo vedada a emissão do CDF por agentes não envolvidos diretamente na destinação de resíduos, entre os quais os transportadores e os armazenadores temporários.

§ 7º O MTR emitido pelo sistema, bem como o Relatório de Recebimento gerado pelo sistema, não substituem o CDF.

**II - De acordo com o artigo 19 dessa norma, a partir de 1º de janeiro de 2021 essas regras são obrigatórias.**

**III - Em razão disso e sobretudo considerando que os órgãos estão sujeitos às normas da Portaria MMA n. 280/2020 pelo que determina o art. 20, I, da Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2020, a forma da comprovação da destinação final deverá ser realizada nos termos desse normativo, sendo que a execução plena dos serviços só ocorrerá com a comprovação da destinação final mediante a apresentação do **Certificado de Destinação Final (CDF)** pela contratada.**

**IV - Nesses termos, são obrigações da empresa coletora dos resíduos sólidos:**

**a)** cadastrar os resíduos no SINIR e demonstrar para a Administração sua destinação final, seja feita por ela própria ou por terceira empresa contratada para isso, por meio dos seguintes documentos:

**a1) Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR:** documento numerado, gerado por meio do SINIR, que deverá acompanhar o transporte do resíduo até a destinação final ambientalmente adequada (art. 3º, VIII, da Portaria MMA n. 280/2020);

**a2) Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR** (art. 3º, I, da Portaria MMA n. 280/2020);

**a3) Aceite do destinatário final da carga de resíduos no sistema e a baixa dos respectivos MTRs,** com eventuais ajustes e correções, no prazo de até 10 (dez) dias após o recebimento da carga em sua unidade (art. 14 da Portaria MMA n. 280/2020);

**a4) Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDF:** documento emitido pelo Destinador e de sua exclusiva responsabilidade que atesta a tecnologia aplicada ao tratamento e/ou destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recebidos em suas respectivas quantidades, contidos em um ou mais MTRs (art. 3º, II, da Portaria MMA n. 280/2020).

**V - RESPONSABILIDADE PELOS RESÍDUOS APÓS SUA COLETA:** A responsabilidade pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelos órgãos contratantes e recolhidos pela contratada, incluindo o transporte, eventual armazenamento temporário e a respectiva destinação ou disposição final ambientalmente adequada, é INTEIRAMENTE da contratada, obrigando-se a ressarcir aos contratantes quaisquer despesas que esses venham a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais aplicadas a essa atividade.

**VI -** A prática injustificada, pela contratada, de qualquer ato que impeça a destinação final dos resíduos e sua regular comprovação por meio do **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, acarretará a aplicação das sanções administrativas descritas neste termo de referência.

### **3. JUSTIFICATIVA**

#### **3.1 DA NECESSIDADE:**

**I -** Em razão de suas atividades institucionais o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e os cartórios Eleitorais em todo o Estado são fontes de produção de resíduos sólidos.

**II -** A preocupação com a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos não é novidade na Justiça Eleitoral de Rondônia.

**III - Desde o ano de 2017** o Tribunal mantém um acordo com a Prefeitura Municipal de Porto Velho, por meio do qual a municipalidade, por intermédio de empresa concessionária dos serviços de coleta de lixo doméstico - recolhe semanalmente os **resíduos sólidos de papel** produzidos nas unidades da sede do Tribunal, os quais são coletados separadamente dos demais.

**IV -** Também no ano de 2017, nos autos do Processo SEI 0001980-27.2017.6.22.8000 deu-se a contratação da empresa PAZ AMBIENTAL LTDA. para realizar a coleta e descarte de lixo hospitalar infectante, recolhimento e descarte do lixo hospitalar produzido pela Seção de Assistência Médico Odontológica – SAMES deste Tribunal.

**V -** Além disso, a partir do ano de 2018 os contratos de serviços de manutenção predial e obras no Município de Porto Velho têm disciplinado a obrigação de as empresas contratadas realizarem a gestão dos resíduos gerados na execução desses serviços em cumprimento à Portaria Conjunta SEMA/SEMUSB n. 30 de 17/05/2016, publicada no Diário Oficial do Município de Porto Velho, de 17/05/2016, norma editada para cumprimento do art. 35 da Lei n. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**VI** - Nessa linha, este Tribunal vem implantando em suas contratações, de forma paulatina, o comando da sustentabilidade introduzida no artigo 3º, da Lei n. 8.666/93 pela Lei n. 12.349/2010 (regulado pelo Decreto n. 7746/2012). Cita-se, apenas como exemplo:

a) - Processo SEI 0000885-25.2018.6.22.8000: Exigência de comprovação de registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n. 6938, de 1981 para aquisição de **mobiliários que empregam madeira em sua fabricação**;

b) Processo SEI 0001251-64.2018.6.22.8000: **Aquisição de máquinas e equipamentos**: Exigência de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou, ainda, uma DECLARAÇÃO de que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*) e considerando que os bens são equipados com baterias de médio porte, exigência do cumprimento da obrigação de recolhimento e destinação ambientalmente adequada desses produtos, na forma do Art. 33, II, da Lei n. 12305/2010 e da Resolução CONAMA n. 401/2008.

c) Processo SEI 0000420-79.2019.6.22.8000: **aquisição eventual de bens permanentes diversos de informática**: Exigências:

c1) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) (Art. 5º, IV, a Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010);

c2) Os equipamentos devem possuir Certificado Energy Star ou certificação similar emitida por entidade ou laboratório reconhecido obrigatoriamente pelo INMETRO, comprovando que os equipamentos ofertados apresentam consumo eficiente de energia elétrica;

c3) comprovante de registro do fabricante do equipamento ofertado no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais;

c4) Em cumprimento ao art. 33, VI, da Lei 12.305/2010, atualmente regulamentada pelo Decreto n. 10.936, de 12/01/2022, a futura contratada deverá realizar, sem qualquer ônus ao contratante, a **logística reversa** dos equipamentos cotados e destinar o material de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei, especialmente observando o procedimento e obrigações instituídos pela Lei do Estado de Rondônia n. 2.962/2013 e pela Lei do Município de Porto Velho n. 2.138/2014.

**VII** - Como visto, as atuais contratações têm demonstrado preocupação com a destinação futura de resíduos de construção civil, baterias, equipamentos de microinformática e eletroeletrônicos bem como há contrato para destinação dos resíduos hospitalares. Ocorre que os demais resíduos, bem como aqueles já





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

produzidos pela Justiça Eleitoral de Rondônia ainda não têm sua destinação adequada ambientalmente.

**VIII** - Nesse sentido esta contratação se justifica pela necessidade da destinação ambientalmente adequada dos resíduos perigosos em cumprimento à **Lei n. 6.938/1981**, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente e à **Lei n. 12.305/2010**, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**IX** - Além disso, o **Art. 6º da Resolução CNJ n. 347/2020** estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar e implementar Planos de Logística Sustentável – PLS, cuja gestão está prevista no **Art. 4º da Resolução CNJ n. 400/2021**, editadas também em cumprimento às recomendações contida no **Acórdão TCU n. 1.752/2011 – Plenário** – que determina aos órgãos do Poder Judiciário a criação de unidades ou núcleos socioambientais para implantarem Planos de Logística Sustentável (PLS), responsáveis por fomentar ações que estimulem a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, em observância às resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA quanto ao descarte adequado do produto ao fim de sua vida útil, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

**X** - A referida **Resolução CNJ n. 400/2021** prevê em seu art. 20, IV, entre as as práticas de sustentabilidade, formas de descarte adequado do produto ao fim de sua vida útil, em observância à Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial o **emprego da logística reversa na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes, e resíduos de serviço de saúde**, observadas as limitações de cada município.

**XI** - Neste Tribunal o **PLS 2020-2025** está disciplinado pela **Portaria n. 131/2020**, instrumento balizador das ações e estratégias voltadas para o desenvolvimento sustentável no TRE-RO.

**XII** - Por fim, registre-se que este Tribunal, na condição de gerador de resíduos sólidos não apenas equiparados aos domiciliares, deve elaborar um **PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS** em cumprimento ao art. 20 da Lei n. 12.305/2010.

**XIII** - Referido documento deverá conter, entre outros elementos: **a)** diagnóstico de **TODOS** os resíduos sólidos gerados ou administrados, com origem, volume e caracterização dos resíduos, incluindo passivos ambientais a eles relacionados; **b)** definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador, aí incluída a destinação adequada; **c)** metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos.

**XIV** - Contudo, é premente a necessidade de destinação final adequada dos resíduos descritos neste termo de referência em razão do grande volume que vem se acumulando nos últimos anos, o armazenamento inadequado e, até, a possibilidade de eventual acidente ambiental gerado pelos resíduos.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**XV** - Por fim, as constantes reuniões da **ECOLIGA-RO** (coletivo instituído pelo Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 17 de outubro de 2017 entre diversos órgãos públicos do Estado de Rondônia, que tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando o compartilhamento, implementação e integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental), revelaram que todos os órgãos possuem estoque de resíduos para destinação ambientalmente adequada e o interesse em participar de uma contratação conjunta como forma de ampliar o leque de licitantes possibilitar a redução do preço contratado pela economia de escala da futura prestadora dos serviços.

**XVI** - Essa contratação conjunta com os órgãos que integram a **ECOLIGA-RO** permite a utilização do **sistema de registro de preços** com fundamento no art. 3º, III, do Decreto Federal n. 7.892/2013 e já foi implementada com êxito no ano de 2019 no PSEI [0000739-47.2019.6.22.8000](#).

### **3.2 DA SOLUÇÃO APONTADA:**

**I** - A Lei Complementar Municipal n. 546/2014, publicada no DOM, de 24/10/2014, dispõe sobre a coleta regular e seletiva de resíduos sólidos no Município de Porto Velho.

**II** - Referida Norma Municipal inclui os resíduos tratados neste termo de referência na categoria de **RESÍDUOS SÓLIDOS DIFERENCIADOS COM TRATAMENTOS ESPECÍFICOS (art. 1º, IV)**. Todavia, a Municipalidade não definiu a competência de seus órgãos para a coleta e destinação final desses resíduos, apenas mencionado que esses procedimentos deverão obedecer às normatizações específicas para cada tipo de resíduo.

**III** - Na verdade, verifica-se a Lei n. 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece no art. 10 que incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, porém não cria essa obrigação de coleta e destinação.

**IV** - Dessa forma, como este órgão, por sua condição de gerador de resíduos sólidos, está sujeito à observância da Lei n. 12.305/2010 (art. 1º, § 1º) e não dispõe de estruturas próprias e adequadas para a sua destinação ambiental adequada, resta a via da contratação de pessoa jurídica especializada na prestação desses serviços.

**V** - Registre-se, ainda, que essa solução somente foi apontada após a verificação: a) da inexistência de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis de Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos na cidade de Porto Velho, em condições de atender às regras definidas neste TR e b) da não localização de empresas do ramo que pudessem coletar de forma não onerosa os Resíduos Sólidos Classe I – Perigosos na cidade de Porto Velho.

## **4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

**I** - Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas à produção de resíduos sólidos, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

II - Além disso, a contratação buscada:

a) No que diz respeito aos aspectos da SUSTENTABILIDADE, é um dos VALORES do TRE-RO e uma das ESTRATÉGIAS sob a perspectiva dos PROCESSOS INTERNOS estabelecida no **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2011-2026**;

b) Tem como produto um serviço que representa um **INDICADOR MONITORADO** pela atual Resolução CNJ 400/2021, reproduzido no **PLS 2020-2025 deste Tribunal**, consistente na **GESTÃO DE RESÍDUOS** por meio do **DESCARTE SUSTENTÁVEL**;

c) Está prevista no **Plano Anual de Contratações** deste exercício (linha 129 da planilha que compõe o PAC2021 juntado no evento [0647494](#)).

## **5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

I - O art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, a Administração Pública pode exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de materiais e contratação de serviços.

II - Tem-se ainda nessa seara normativa a Resolução do CONAMA n. 401/2008, a Lei Federal n. 12.187/2009, que institui a política nacional sobre mudança do clima, a Lei Federal n. 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, a Medida Provisória n. 495/2010, convertida na Lei n. 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que incluiu como finalidade da licitação a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

III - Em sede local, a Lei Estadual n. 2.962/2013 e municipal n. 2.138/2014 institui normas e procedimentos para coleta, armazenagem e destinação final de eletrodomésticos e produtos eletroeletrônicos considerados como lixo tecnológico, no âmbito, respectivamente, do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho.

IV - Em cumprimento a esses dispositivos e também porque os serviços buscados nesta contratação estão regidos por legislação ambiental federal, estadual e municipal, está sendo exigido das licitantes a comprovação de licença ambiental de operação das atividades que integram os serviços e, ainda, de forma específica, por meio de declaração na fase de habilitação:

a) que os serviços de pesagem, coleta, manuseio e transporte devam ser realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) que os resíduos devam ser segregados e acondicionados pela contratada para transporte em conformidade com a legislação de serviços de coleta, manuseio e transporte realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de **Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP** (art. 15 do Decreto n. 96.044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

c) que o transporte deva ser realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da **ABNT NBR 13221:2017** e, para os **RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, de acordo com as normas da **NBR 12.810:2020, com Licença Ambiental de Operação – LAO** para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

d) que os resíduos coletados podem permanecer temporariamente armazenados em local adequado sob TOTAL responsabilidade da Contratada para encaminhamento oportuno à destinação final, desde que devidamente comprovada a **Licença Ambiental de Operação – LAO para armazenamento temporário no local de resíduos perigosos Classe I**.

V - Além disso, não vislumbrando algum outro requisito sustentável previsto no art. 6º da IN SLTI/MPOG n. 001/2010, **será exigido da futura contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio ao contratante de todos os documentos decorrentes da execução do contrato.**

## **6. PREÇO ESTIMADOS DOS SERVIÇOS E ORÇAMENTO**

### **6.1 DO PREÇO ESTIMADO:**

**6.1.1** O preço TOTAL estimado da contratação é de **R\$ 198.046,74** (cento e noventa e oito mil quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos) conforme detalhado na **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO** juntada no evento [0842157](#).

**6.1.2** Considerando que se trata de um registro de preços integrado por mais 6 órgãos partícipes, adiante segue o valor estimado individualizado de cada órgão.

<p><b>Tabela 4 - PREÇO ESTIMADO – Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia</b></p>
---

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	RESÍDUO	QTITATIVO ESTIMADO (KG)	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS	220	17,10	3.762,00
<b>ITEM 2</b>	Pilhas, baterias e no-breaks	71	9,77	693,32
<b>ITEM 3</b>	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	7	11,10	77,70
<b>ITEM 5</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis  de equipamentos eletroeletrônicos	31	11,10	344,10
<b>ITEM 6</b>	Lâmpadas, cabeçote de aparelho de raio X odontológico	22	17,10	376,20
<b>ITEM 7</b>	Óleo de arrefecimento de cabeçote de aparelho de raio X odontológico	1	9,11	9,11

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>ITEM 12</b>	Aparelho para raio X inservível	31	9,16	283,81
<b>ITEM 13</b>	Materiais hospitalares diversos inservíveis	50	9,16	457,75
<b>PESO TOTAL ESTIMADO DE RESÍDUOS (Kg)</b>		<b>433</b>	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS (R\$)</b>	<b>6.003,98</b>

**Tabela 5 - PREÇO ESTIMADO – Procuradoria da República  
no Estado de Rondônia - MPF/RO**

<b>ITEM</b>	<b>RESÍDUO</b>	<b>QTITATIVO ESTIMADO (KG)</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO</b>	<b>PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)</b>
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS	10	17,10	171,00
<b>ITEM 2</b>	Pilhas, baterias e no-breaks	60	9,77	585,90
<b>ITEM 3</b>	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	70	11,10	777,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>ITEM 4</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopiadoras	60	11,10	666,00
<b>ITEM 5</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	30	11,10	333,00
<b>ITEM 11</b>	Álcool em gel vencido	30	9,16	274,65
<b>PESO TOTAL ESTIMADO DE RESÍDUOS (Kg)</b>		<b>260</b>	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS (R\$)</b>	<b>2.807,55</b>

**Tabela 6 - PREÇO ESTIMADO – Justiça Federal - Seção  
Judiciária de Rondônia**

<b>ITEM</b>	<b>RESÍDUO</b>	<b>QTITATIVO ESTIMADO (KG)</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO</b>	<b>PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)</b>
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS	350	17,10	5.985,00



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>ITEM 2</b>	Pilhas, baterias e no-breaks	15	9,77	146,48
<b>ITEM 3</b>	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	100	11,10	1.110,00
<b>ITEM 5</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	100	11,10	1.110,00
<b>PESO TOTAL ESTIMADO DE RESÍDUOS (Kg)</b>		<b>565</b>	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS (R\$)</b>	<b>8.351,48</b>

**Tabela 7 - PREÇO ESTIMADO – Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO**

<b>ITEM</b>	<b>RESÍDUO</b>	<b>QTITATIVO ESTIMADO (KG)</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO</b>	<b>PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)</b>
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS	30	17,10	513,00
<b>ITEM 2</b>	Pilhas, baterias e no-breaks	4.500	9,77	43.942,50

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>ITEM 3</b>	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	550	11,10	6.105,00
<b>ITEM 4</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	250	11,10	2.775,00
<b>ITEM 5</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	150	11,10	1.665,00
<b>PESO TOTAL ESTIMADO DE RESÍDUOS (Kg)</b>		<b>5.480</b>	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS</b>	<b>55.000,50</b>

**Tabela 8 - PREÇO ESTIMADO – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJ/RO**

<b>ITEM</b>	<b>RESÍDUO</b>	<b>QTITATIVO ESTIMADO (KG)</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO</b>	<b>PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)</b>
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS	332	17,10	5.677,20
<b>ITEM</b>	Pilhas, baterias	2.636	9,77	25.740,54



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2	e no-breaks			
ITEM 4	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	4.185	11,10	46.453,50
ITEM 5	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	1.755,50	11,10	19.486,05
ITEM 7	Óleo de arrefecimento de cabeçote de aparelho de raio x odontológico	1.521	9,11	13.848,71
ITEM 8	Corretivo líquido inservível	15,50	9,16	141,90
ITEM 9	Inseticida inservível	18,00	9,16	164,79
ITEM 10	Fósforos inservíveis	1,50	9,16	13,73
ITEM 14	Aditivo de água de radiador e descarbonizante	132	9,16	1.208,46

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>ITEM 15</b>	Goma para chapa off-set	16	9,16	146,48
<b>PESO TOTAL ESTIMADO DE RESÍDUOS (Kg)</b>		<b>10.612,50</b>	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS</b>	<b>112.881,36</b>

**Tabela 9 - PREÇO ESTIMADO – Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região - PRT-14**

<b>ITEM</b>	<b>RESÍDUO</b>	<b>QTITATIVO ESTIMADO (KG)</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO</b>	<b>PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)</b>
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS	30	17,10	513,00
<b>ITEM 2</b>	Pilhas, baterias e no-breaks	20	9,77	195,30
<b>ITEM 3</b>	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	100	11,10	1.110,00
<b>ITEM 4</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	10	11,10	111,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>ITEM 5</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	100	11,10	1.110,00
<b>ITEM 8</b>	Corretivo líquido inservível	5	9,16	45,78
<b>PESO TOTAL ESTIMADO DE RESÍDUOS (Kg)</b>		<b>265</b>	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS</b>	<b>3.085,08</b>

**Tabela 10 - PREÇO ESTIMADO – Tribunal Regional do  
Trabalho 14ª Região - TRT -14**

<b>ITEM</b>	<b>RESÍDUO</b>	<b>QTITATIVO ESTIMADO (KG)</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO</b>	<b>PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)</b>
<b>ITEM 1</b>	Lâmpadas fluorescentes e de LEDS	100	17,10	1.710,00
<b>ITEM 2</b>	Pilhas, baterias e no-breaks	500	9,77	4.882,50
<b>ITEM 3</b>	Periféricos e suprimentos inservíveis de equipamentos de informática	100	11,10	1.110,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>ITEM 4</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de máquinas fotocopadoras	50	11,10	555,00
<b>ITEM 5</b>	Sucatas e suprimentos inservíveis de equipamentos eletroeletrônicos	100	11,10	1.110,00
<b>ITEM 13</b>	Materiais hospitalares diversos inservíveis	60	9,16	549,30
<b>PESO TOTAL ESTIMADO DE RESÍDUOS (Kg)</b>		<b>910</b>	<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS</b>	<b>9.916,80</b>

**6.2 DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO TRE-RO:**

6.2.1 Tratando-se de formação de registro de preços não há necessidade de indicação da dotação orçamentária nesta fase do procedimento (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013). As fontes orçamentárias para o custeio da despesa no TRE-RO está indicada no quadro adiante:

<b>TABELA 11: FONTE ORÇAMENTÁRIA - 2022 TRE-RO</b>	
<b>CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)</b>	Manutenção Geral / Orçamento Ordinário
<b>AGREGADOR</b>	Manutenção da Infraestrutura Física
<b>DESPESA AGREGADA</b>	Limpeza e conservação

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>PLANO INTERNO</b>	<b>AIEF LIMPEZ</b>
<b>VALOR ESTIMADO 2022</b>	<b>R\$ 6.003,98</b>

<b>TABELA 12</b>	
<b>FONTE ORÇAMENTÁRIA DEMAIS ÓRGÃOS</b>	
<b>ÓRGÃO</b>	<b>INFORMAÇÃO SOBRE A FONTE ORÇAMENTÁRIA</b>
Procuradoria da República no Estado de Rondônia	Evento <a href="#">0821257.</a>
Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia	Evento <a href="#">0823340.</a>
Tribunal de Contas do Estado de Rondônia	Evento <a href="#">0823340</a>
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia	Evento <a href="#">0823582.</a>
Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região	Evento <a href="#">0821255.</a>
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	Evento <a href="#">0821256</a>

**7. FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS****7.1 CABIMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:**

I - Registra-se que não há SRP vigente nem compromissário ou contratado para o fornecimento do objeto definido neste TR.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Conforme já registrado no Capítulo 3 deste TR, levantamento realizado pelos membros da **ECOLIGA-RO** (coletivo instituído pelo Acordo de Cooperação Técnica celebrado em 17 de outubro de 2017 entre diversos órgãos públicos do Estado de Rondônia, que tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando o compartilhamento, implementação e integração de programas e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental), revelaram que todos os órgãos possuem estoque de resíduos para destinação ambientalmente adequada e o **interesse em participar de contratações conjunta como forma de ampliar o leque de licitantes e possibilitar a redução do preço contratado pela economia de escala da futura prestadora dos serviços.**

III - Essa contratação conjunta com os órgãos que integram a **ECOLIGA-RO**, permite, por si só, a utilização do sistema de registro de preços com fundamento no **art. 3º, III, do Decreto Federal n. 7.892/2013.**

IV - Verifica-se ainda que a praticamente todos os órgãos está optando pela coleta parcelada em dois (2) eventos, situação que também justifica a formação de registro de preços com fundamento no **art. 3º, II, do Decreto Federal n. 7.892/2013.**

**V - CRONOGRAMA DOS SERVIÇOS:** O cronograma previsto para a execução dos serviços está descrito na Tabela 3 que consta do Capítulo 2, subitem 2.2.3, VI, deste termo de referência.

### **7.2 DISPENSA DE DIVULGAÇÃO DA IRP:**

I - Em cumprimento ao disposto no art. § 1º do art. 4º do Decreto n. 7.892/2013, a Coordenadoria de Material e Patrimônio se manifesta pela dispensa da divulgação da intenção registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) porque a consulta aos demais órgãos foi realizada em momento anterior, durante o planejamento desta contratação, e os interessados já se manifestaram e integram este registro de preços na condição de órgãos participantes, no total de 06 (seis).

### **7.3 UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:**

I - Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**II - JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário:** Justifica-se a possibilidade de adesão: **a)** em razão da natureza dos serviços, os quais poderão atender outros órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP; **b)** além disso, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes também tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

**III -** De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**IV -** De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.862/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, redação dada pelo art. 22, § 4º, do Decreto n. 7.862/2013.

**V -** No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018 -** e, por fim, na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

## **8. CERTAME LICITATÓRIO**

### **8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

**I -** Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e, ainda pelo cumprimento **padronizado** da legislação sobre eles aplicáveis. Por tal motivo, é possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Assim, deverá ser adotada **a modalidade de pregão eletrônico prevista no art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e regulamentado pelo Decreto Federal n. 10.024/19, na**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**forma de execução INDIRETA dos serviços, sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço por ITEM.**

**II** - Deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 1% (um por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

**III - NÃO DIVULGAÇÃO DOS PREÇOS ESTIMADOS:** Na busca da proposta mais vantajosa por meio da disputa dos licitantes, opina-se pela não divulgação do preço estimado dos serviços (Acórdão TCU n. 2898/2008 – Plenário).

### **8.2 LICITAÇÃO POR ITEM:**

I - Inicialmente esta unidade optou pelo agrupamento de todos os resíduos sólidos em um único lote dada a sua única classificação de PERIGOSOS, CLASSE I, na definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 10004:2004 e Anexo I da Resolução CONAMA 452/2012 e **RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE**, de acordo com a classificação da **NBR 12.808:2016**. Além de possuírem a mesma natureza, todos estão submetidos a regras semelhantes para coletas, transporte e armazenamento temporário, apenas diferindo em ao local de coleta e à destinação final adequada à legislação ambiental, na forma da **Licença Ambiental de Operação – LAO** das empresas. Buscava-se, também, redução de preços com a **economia de escala** (conceito econômico cujo significado é a possibilidade de reduzir o custo médio de um determinado produto/serviço pela diluição dos custos fixos em um número maior de unidades produzidas ou prestadas), já que empresas poderim repassar a eventual redução dos custos em sua proposta

II - Contudo, o desfecho deserto do primeiro certame e o fracasso do segundo, sendo este justamente em função da negativa da licitante detentora do menor preço negociado - nos limites do valor estimado - em reduzir o preço superior ao valor estimado de alguns itens que integravam o lote, fez com que essa unidade alterasse a modelagem da contratação, passando para itens isolados. Isso porque as empresas que comparecerem ao certame poderão ofertar propostas para todos os resíduos, já que possuem a mesma classificação de perigosos e essa medida afastará o incidente acima descrito em relação à negociação de preços quando se trata de lote único. Importante registrar que, obrigatoriamente, somente serão aceitos preços que estiverem nos limites dos valores estimados para cada item.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Tal modelagem também ficou ajustada entre os representantes de todos os órgãos partícipes desta contratação, conforme pode ser comprovado pelo seguinte registro que consta na ata da reunião juntada no eventoo [0816143](#):

(...)

VI - Em função de aspectos operacionais, inclusive quanto à utilização da futura ARP, a licitação será realizada por item, e não mais por lote único. Cada item corresponderá a um tipo de resíduo e terá como quantitativo a soma informada por todos os órgãos participantes;

(...)

### **8.3 DA INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:**

I - Independentemente do valor estimado dos itens, entende-se que **não seja recomendável** restringir a participação no certame às ME/EPP's. Isso porque a consulta ao mercado revelou um universo limitado de fornecedores potenciais. Dessa forma tem-se como **razoável** a ampliação da competição também às empresas de categoria econômica superior. Tal ampliação, dessa forma justificada, encontra amparo no art. 49, III, da LC n. 123/2006 e pelo art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/2015.

II - As ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

### **8.4 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:**

I - A proposta de preços deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos, aí incluídas as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

II - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

III - No preenchimento da proposta, a licitante deverá detalhar o preço unitário e total para a coleta do quilograma (kg) para cada item que esteja apresentando proposta e também o valor total de sua proposta.

**IV - Além das demais declarações, LICITANTE DEVERÁ INDICAR EXPRESSAMENTE EM SUA PROPOSTA SE UTILIZARÁ ATERRO SANITÁRIO PARA DISPOSIÇÃO FINAL DE ALGUM**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**RESÍDUO, DESDE QUE DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL;**

**V - NA HIPÓTESE DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS EM ATERRO SANITÁRIO, A LICITANTE DEVERÁ TAMBÉM ANEXAR A SUA PROPOSTA DE PREÇOS DOCUMENTAÇÃO EXPEDIDA PELA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA LOCALIDADE ONDE O ATERRO ESTÁ INSTALADO), COMPROVANDO QUE ESTÁ AUTORIZADA PARA REALIZAR O DEPÓSITO DESSES MATERIAIS NO LOCAL;**

VI - Qualquer alteração do local de disposição final, ao longo da execução contratual, deverá ser comunicada ao TRE de Rondônia com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, acompanhada da respectiva documentação exigida pela legislação ambiental;

VII - A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos e condições deste termo de referência, do edital e seus anexos, não sendo aceita oferta de serviço com características e quantidades diferentes das indicadas nesses documentos;

**VIII - Sob pena de desclassificação**, a proposta deve ser elaborada e apresentada nos moldes do **ANEXO I** deste termo de referência;

a) As licitantes deverão apresentar o documento de proposta - na forma do **ANEXO I** - contendo todos os elementos ali relacionados, junto com a proposta, **exclusivamente**, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

IX - Será considerado vencedora a proposta que ofertar o menor preço para o item cotado, observado ainda, como teto na aceitação, o valor estimado para cada item.

## **8.5 DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO:**

**8.5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA, ECONÔMICO-FINANCEIRA E FISCAL:** De acordo com as regras-padrões do edital.

**8.5.2 Qualificação técnica:** Para comprovação da qualificação técnica e capacidade operacional das licitantes, deverão ser apresentados os seguintes documentos:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**I - comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, consistente na apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnico-operacional, em nome da empresa, comprovando a execução de serviços objeto da licitação.**

a) considera-se atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação qualquer atividade relacionada ao gerenciamento de resíduos sólidos CLASSE I – PERIGOSOS, na forma abaixo indicada:

b) coleta e transporte de resíduos sólidos perigosos;

c) tratamento e disposição final ambientalmente adequada ou destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos perigosos.

**d) somente será permitida a soma de atestados quando se tratar de execução de serviços em períodos concomitantes, realizados em um período máximo de um ano;**

e) os atestados poderão ser originários de pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a licitante tenha prestado ou esteja prestando serviço similar de complexidade operacional equivalente ou superior;

f) tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório;

g) A licitante **poderá** apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração se for o caso, a fim de evitar diligências durante a fase de habilitação técnica.

**II - Indicação/declaração de contratação futura de responsável técnico**, conforme modelo contido no **ANEXO IV**: A licitante deverá indicar, caso já tenha em seu quadro de pessoal, o responsável técnico devidamente registrado no conselho de classe responsável pela fiscalização das atividades dos serviços para os quais está ofertando proposta. Caso não tenha, deverá declarar que terá o profissional em seu quadro de pessoal até a data da assinatura do contrato (Acórdãos TCU n. 800/2008 e n. 1762/2010, ambos do Plenário). Nas duas hipóteses, acompanhada da declaração de anuência do profissional.

a) Entende-se como quadro de pessoal da licitante:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a1) o dirigente ou sócio;
- a2) o empregado;
- a3) o detentor de contrato de prestação de serviço.
- b) quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante a comprovação será feita pelo ato constitutivo da empresa;
- c) caso o profissional indicado como responsável técnico para a execução dos serviços **NÃO** seja dirigente ou sócio da empresa, a licitante deverá apresentar **até a data da assinatura do contrato** a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou outro documento idôneo da comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa;
- d) no caso de duas ou mais licitantes apresentarem um mesmo profissional como responsável técnico como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.
- e) os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão atuar nessa condição na prestação dos serviços, admitindo-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização do órgão contratante.

**III - Declaração de disponibilidade**, conforme modelo contido no **ANEXO V**, indicando:

- a) Que disporá até a data da contratação, de todos os equipamentos e instalações adequadas para a prestação dos serviços que está apresentando proposta;
- b) que os serviços de coleta, manuseio e transporte serão realizados com a utilização de equipamentos de proteção individual, por profissionais qualificados e treinados, com curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP (art. 15 do Decreto n. 96044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;
- c) que o transporte será realizado em veículo apropriado, de acordo com as normas da ABNT NBR 13221:2017 e da ABNT 12810:2020, da Licença Ambiental de Operação – LAO para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

d) que apresentará os documentos comprobatórios da comprovação da destinação final dos resíduos sólidos por meio do **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR**, de acordo com as normas da **Portaria do Ministério do Meio Ambiente n. 280, de 29/06/2020.**

**IV - Certificado de Regularidade válido**, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, devendo conter a listagem das atividades previstas no **Cadastro Técnico Federal** relacionadas ao objeto do certame, ou para os itens que a licitante estiver apresentando proposta, conforme art. 17, inciso II, da Lei n. 6938/81, com redação dada pela Lei n. 7804/89 e art. 8º, inciso XVII, da Lei n. 12.305/10;

**V - Licença Ambiental de Operação – LAO**, regular e válida, expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município - SEMA de Porto Velho (de acordo com a Lei Complementar Municipal n. 138, de 28 de dezembro de 2001 e do Decreto Municipal n. 14756, de 12 de setembro de 2017) **para as atividades de coleta, transporte rodoviário municipal, armazenamento temporário e destinação final adequada de resíduos Classe I;**

**NOTA:** Apenas será exigida a Licença Ambiental de Operação – LAO para a destinação final, caso a licitante declare na sua proposta que ela própria fará a destinação final dos resíduos Classe I coletados. Nesse caso, a licença será expedida pelo órgão competente para a atividade de destinação final.

**VI - Licença Ambiental de Operação – LAO**, regular e válida, **expedida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou órgão competente equivalente**, sempre que qualquer atividade relacionada à prestação dos serviços objeto do certame **NÃO** seja da competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de Porto Velho - SEMA de Porto Velho.

## **9. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

I - Homologado o resultado da licitação, as adjudicatárias serão formalmente convocadas para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Preços que firmará o compromisso para futura contratação, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada às propostas vencedoras, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93;

a) a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

b) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

c) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

II - Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, deverá ser comprovada a regularidade da adjudicatária com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a adjudicatária deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

III - O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à assinatura da ARP, situação em que outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ARP (§ 2º do art. 48 do Decreto n. 10.024/2019), sujeitando-se também a adjudicatária à **multa de 30% (trinta por cento)** incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 49 do Decreto n. 10.024/2019 c/c o art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não assinar a ata de registro de preços).

IV - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

### **9.1 DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:**

**9.1.1** Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços previstos no art. 5º do Decreto n. 7.892/2013 e suas alterações, especificamente o que segue:

I - Disponibilizar a ata de registro de preços aos órgãos participantes;  
II - Gerenciar a ata de registro de preços;  
III - Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;  
IV - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório;  
V - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

VI - Fazer o controle permanente da variação dos preços do mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

VII - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 22 do Decreto n. 7892/2013, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

**9.1.2** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

III - Deverão ser convocados os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**9.1.3** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- II - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

## **9.2 DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:**

**9.2.1** Caberá aos órgãos participantes a prática de todos os atos previstos no art. 6º do Decreto n. 7.892/2013 e suas alterações, especificamente o que segue:

- I - Tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- II - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **10. CONTRATO**

### **10.1 PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À ASSINATURA DO CONTRATO:**

**I** - Na forma do art. 62 da Lei n. 8.666/93, será firmada carta-contrato com as compromissárias. No ato da assinatura do contrato as compromissárias deverão apresentar:

- a) se ainda não fez durante o certame licitatório, a **cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços** ou outro documento idôneo da comprovação do vínculo do **responsável técnico** indicado na licitação;
- b) o nome, telefone e email de um representante da empresa para atuar como responsável da empresa com poderes de decisão e necessária solução de problemas relacionados à execução dos serviços, troca de informações, esclarecimentos e resoluções de questões administrativas que eventualmente possam surgir da relação contratual;
- c) regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça. Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a adjudicatária deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

**II** - Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por email um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a compromissária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO;

**III** - Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela compromissária. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela compromissária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;**

**IV** - O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, celebrar o contrato (§ 2º do art. 48 do Decreto n. 10.024/2019), sujeitando-se também a compromissária à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 49 do Decreto n. 10.024/2019 c/c o art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não assinar o contrato).

### **10.2 REGRAS GERIAS APLICÁVEIS AO CONTRATO:**

**I** - Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

**II** - Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

**II** - À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/93, a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou alterá-la; as leis e normativos federais, principalmente a Lei n. 12.305/2010, estaduais e municipais que versem sobre o presente objeto, as normas expedidas sobre o assunto pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e demais órgãos que expeçam normativos para os serviços tratados neste termo de referência e supletivamente a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

### **10.3 DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS:**

I - Para garantir a plena e eficaz execução dos serviços, poderá a contratada subcontratá-los parcialmente (art. 89 da IN TRE-RO n. 04/2008).

II - A subcontratação deverá ser previamente aprovada pela contratante.

III - Os trabalhos da empresa subcontratada deverão submeter-se à coordenação da contratada de modo a proporcionar o andamento harmonioso dos serviços em relação ao todo do objeto.

IV - A eventual empresa subcontratada deverá comprovar todos os requisitos de habilitação técnica exigidos pelo edital e seus anexos para a execução dos serviços contratados.

V - A subcontratação de partes do objeto não libera a contratada de quaisquer responsabilidades legais e/ou contratuais.

VI - Responderá a contratada perante a Administração e terceiros pela parte que subcontratou.

### **10.4 PRAZO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO, REAJUSTE, ALTERAÇÕES E EVENTUAL REEQUILÍBRIO DO CONTRATO:**

**10.4.1 Prazo de execução:** No TRE/RO: A contratada deverá fazer a coleta no prazo de até 15 (quinze), a partir da data de autorização e agendamento com o gestor do contrato, obedecendo-se ao cronograma das coletas.

**10.4.2 Prazo vigência:** No TRE/RO: 12 meses a partir a data de assinatura. Nos demais órgãos: De acordo com a definição de cada órgão.

**10.4.3 Reajuste de preços:** Os preços dos serviços serão fixos e irreajustáveis. Contudo, caso ocorra a prorrogação dos contratos originados





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nas atas de registro de preços, os valores estipulados em contrato poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo, de acordo com regulamentação do órgão governamental competente.

**10.4.4 Reequilíbrio:** Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.

**10.4.5 Alterações do contrato:** Havendo interesse da Administração, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

## **10.5 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**I** - Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

**II** - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

**III** – Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;

**IV** - Assegurar o acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

**V** - Fornecer todas as informações solicitadas pelos órgãos competentes, relativas à natureza, ao tipo, às características e ao gerenciamento dos resíduos produzidos;

**VI** – Permitir à contratada, sob seu acompanhamento e se necessário, a segregação e o acondicionamento dos resíduos sólidos armazenados em suas dependências nos termos das normas legais e regulamentares;

**VII** - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

**VIII** - Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviços em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

**IX** - Rejeitar, através do fiscal contrato, os serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução dos serviços;

**X** - Receber os serviços, através do fiscal contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste termo de referência e no contrato, certificando as notas Fiscais pela prestação dos serviços;

**XI** - Realizar o pagamento pelos serviços prestados na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato;

**XII** - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

### **10.6 DO PAGAMENTO:**

**I** - O pagamento será realizado após o recebimento definitivo dos serviços, atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Fatura/Nota Fiscal.

**II** - A contratada deverá apresentar juntamente com a nota fiscal o **termo de recebimento definitivo** dos serviços expedido pelo fiscal do contrato;

**III** - Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento deverá à contratada deverá demonstrar a regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça.

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar sua situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

**IV** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

**V** - Sobre os valores dos serviços serão aplicadas as retenções legais, no que couber, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

**VI** - Pelos eventuais atrasos de pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

a) a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

### **10.7 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**I** - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução dos serviços nos termos estabelecidas no edital e seus anexos, na sua proposta comercial e no instrumento de contrato, especialmente o prazo definido para realizar as coletas dos resíduos sólidos;

**II** – Participar de reuniões com a Administração contratante ou responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução dos serviços;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III** - Apresentar-se e manter-se em condições de plena regularidade e validade todos os documentos e comprovações previstos neste contrato e na legislação aplicável aos serviços;

**IV** – Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

**V** - Executar os serviços de coleta, manuseio e transporte com a utilização de equipamentos de proteção individual pelos profissionais qualificados e treinados, com curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos - MOPP (art. 15 do Decreto n. 96044/88 e Resolução CONTRAM n. 168/2004) e em conformidade com a Licença Ambiental de Operação – LAO;

**VI** - Executar as coletas nas datas agendadas com o fiscal ou o gestor do contrato;

**VII** – Garantir que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina durante o período de permanência nas dependências do contratante, recomendando-se o uso de uniforme da empresa, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, chinelos de dedo, camisetas regatas ou sem camisa);

**VIII** - Realizar o transporte em veículo apropriado, de acordo com as normas da ABNT NBR 13221:2017 e ABNT NBR 12810:2020, da Licença Ambiental de Operação – LAO para atividades de transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I, devidamente identificado, do local de geração ao local de tratamento, bem como do local de tratamento e armazenamento temporário, até os locais de destinação final adequada à legislação ambiental pertinente;

**IX** - Caso não seja a responsável pela destinação final, emitir o **Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR**, documento numerado, gerado por meio do SINIR, que deverá acompanhar o transporte do resíduo até a destinação final ambientalmente adequada;

**X** - Apresentar, tão logo esteja em seu poder, o **Certificado de Destinação Final de Resíduos - CDF**, documento do SINIR emitido pelo Destinador e de sua exclusiva responsabilidade que atesta a tecnologia aplicada ao tratamento e/ou destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos em suas respectivas quantidades, contidos em um ou mais MTRs;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**XI** – Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento notificação, salvo justificativa razoável;

**XII** - Manter os profissionais indicados no certame licitatório como responsável técnico para atuar nessa condição durante a prestação dos serviços. Admite-se a substituição somente quando caracterizada a superveniência de caso fortuito ou força maior, apenas por profissionais com perfis técnicos equivalentes ou superiores e mediante prévia autorização do órgão contratante;

**XIII** – Responsabilizar-se pelos resíduos sólidos Classe I – Perigosos gerados pelo contratante e por ela recolhidos, incluindo o transporte, eventual armazenamento e a respectiva destinação ou disposição ambientalmente adequada, obrigando-se a ressarcir ao contratante quaisquer despesas que essa venha a suportar em razão de débitos, multas e/ou infrações aplicadas por descumprimento ao disposto nas normas ambientais federais, estaduais ou municipais;

**XIV** - Apresentar ao contratante **os registros e comprovantes de TODOS** as movimentações dos resíduos que sejam de sua responsabilidade até a destinação final por meio do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR;

**XV** - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;

**XVI** – Apenas subcontratar parcialmente os serviços com prévia anuência do contratante e com observância estrita das regras definidas no contrato;

**XVII** - Responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do contrato (Art. 70 da Lei n. 8666/93), não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade a eventual subcontratação parcial dos serviços e o fato de o contratante fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços;

**XVIII** - Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**XIX-** Apresentar todos os documentos exigidos pelo contrato para ter direito ao pagamento dos serviços executados de forma definitiva;

**XX-** Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**XXI -** Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pela Administração contratante, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à contratada, durante e após a vigência do contrato;

**XXII -** Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da presente contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total estimado do contrato, na forma do artigo 65, § § 1º e 2º, da Lei n. 8666/93.

**XXIII -** Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização do contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações solicitadas;

**XXIV -** Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência – após a assinatura do contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

**XXV -** Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável aos serviços objeto do contrato.

### **10.8 PROIBIÇÕES EXPRESSAS À CONTRATADA:**

**I** – Além de outras proibições contidas na legislação e normativos ambientais, são expressamente proibidas à contratada, conforme disposto na Lei n. 12305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos e/ou rejeitos:

- a) lançamento em quaisquer corpos hídricos.
- b) lançamento *in natura* a céu aberto.
- c) queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- d) outras formas vedadas pelo poder público;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- e) deposição inadequada no solo;
- f) deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
- g) lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados.
- h) infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental competente;
- i) utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente.
- j) utilização para alimentação humana.

### **11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1 SANÇÕES MORATÓRIAS:** Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa moratória, consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

**I -** Descumprir o prazo máximo de 15 (quinze) dias, após agendamento com o fiscal ou o gestor do contrato, para executar a coleta dos resíduos sólidos:

- a) até 5 (cinco) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- c) de 11 (onze) a 30 (trinta) dias de atraso: multa de 5% (cinco) do valor contratado para o serviço em atraso;
- d) atrasos superiores a 30 (trinta): multa de 6% (seis) por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**II -** Descumprir o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para refazer ou corrigir os serviços não recebidos pela fiscalização:

- a) até 5 (cinco) dias úteis de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos;
- b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço não recebidos;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) de 11 (onze) a 15 (trinta) dias úteis de atraso: multa de 10% (dez) do valor contratado para o serviço não recebidos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**III -** Descumprir a obrigação de registrar e apresentar ao contratante os registros de todas as movimentações, até a destinação final, dos resíduos sólidos no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR:

a) até 5 (cinco) dias úteis de atraso: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado;

b) de 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis de atraso: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado;

c) de 11 (onze) a 15 (trinta) dias úteis de atraso: multa de 10% (dez) do valor contratado; podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**IV -** Praticar qualquer ato que embarace ou impeça a destinação final dos resíduos ou sua regular comprovação por meio do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos - SINIR: multa de 10% (dez) do valor contratado, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**V -** Descumprir de forma injustificada os prazos fixados pelo fiscal ou gestor do contrato para o cumprimento das demais obrigações contratuais, contados do recebimento da notificação:

a) Até 5 (cinco) dias úteis: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;

b) De 6 (seis) a 10 (dez) dias úteis: multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos;

c) Mais de 10 (dez) dias úteis: multa de 5% (cinco por cento) apurada sobre o valor da obrigação inadimplida caso essa possa ser estimada financeiramente ou sobre o valor do contrato nos demais casos, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**11.2 SANÇÕES PUNITIVAS:** Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:

**I** - advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

**II** - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas, tendo como teto o valor total estimado do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

**III** - suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**IV** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

**V** - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10.520/02).

**11.3** Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

**11.4** O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário**).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**11.5** A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

**11.6** Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6830/80**).

**11.7** As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

**11.8** O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

## **12 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

### **12.1 No TRE-RO:**

I - A fiscalização do contrato será realizada:

- a) Pelo titular da **Seção de Voto Informatizado e Urnas Eletrônicas - SEVUE**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
- b) Pelo titular da **Seção de Assistência Médica e Social - SAMES**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
- c) Pelo titular da **Seção de Manutenção Predial - SEMAP**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos informados por essa unidade;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d) Pelo titular da **Seção de Administração Predial - SEAP**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos informados por essa unidade;
- e) Pelo titular da **Seção de Almoxarifado - SEALM**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos resíduos informados por essa unidade;;
- f) Pelo titular da **Coordenadoria da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP**, ou por quem sua vez fizer, em relação aos demais resíduos.

II – A gestão do contrato será realizada pelo titular da **Coordenadoria da Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP**, ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

III - A unidade gestora poderá solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do Tribunal.

**12.2** Nos demais órgãos participantes: De acordo com a definição de cada um deles.

## **13. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES**

**13.1** As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Termo de Referência serão esclarecidas por Rudma Rosa Costa da Coordenadoria de Material e Patrimônio, na Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2143 ou ainda, pelo e-mail [comap@tre-ro.jus.br](mailto:comap@tre-ro.jus.br).

## **14. ANEXOS**

**14.1** Integram este Termo de Referência:

Informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0842157](#))

ANEXO I – Modelo padronizado de proposta ([0858534](#));

ANEXO II – Termo de recebimento provisório ([0843679](#))

ANEXO III – Termo de recebimento definitivo ([0843680](#))

ANEXO IV – Modelo de indicação de responsável técnico ([0843683](#));

ANEXO V – Modelo de Declaração de disponibilidade ([0858541](#)).

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Coordenador(a)**, em 21/07/2022, às 10:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0858530** e o código CRC **B5452B73**.

0002221-59.2021.6.22.8000

0858530v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0864279

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP.

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Formação de registro de preços para eventual contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos. Repetição de certame fracassado (Pregão Eletrônico n. 8/2022) com alterações. Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 113 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

## **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP do TRE/RO ([0706543](#)), objetivando a **contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos**, por via Sistema de Registro de Preços - SRP, a fim de atender as necessidades destes Tribunal, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – TRT14, Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região – PRT14, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, Tribunal de Justiça do Estado de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Rondônia – TJ/RO, Procuradoria da República no Estado de Rondônia e Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia.

**02.** O relato completo do procedimento, até a sua aprovação pela autoridade administrativa, está reproduzido no **Parecer Jurídico n. 11**, de 18/01/2022 ([0781161](#)), o qual adota-se, por celeridade e economicidade como parte integrante deste relato. Mais recentemente, após duas tentativas inexitosas de levar a cabo a formação do registro de preços pretendido pelos oito órgãos partícipes, esta unidade novamente concluiu pela possibilidade jurídica da repetição do certame com as alterações formatadas pela unidade demandante, tudo registrado no **Parecer Jurídico n. 77**, de 06/07/2022 ([0853968](#)). Nessa mesma linha foi a manifestação do titular da SAOFC ([0853968](#)) e assim restou autorizada pela Autoridade Administrativa ([0855908](#)).

**03.** Contudo, por meio da Informação n. 72, de 21/07/2022 ([0858543](#)), a Coordenadora da COMAP noticiou que fora ajustado entre os representantes de todos os órgãos partícipes desta contratação, a alteração da modelagem da contratação. Assim, **ao invés de insistir no lote único para todos os serviços, fazê-la por item**, fato registrado na ata da reunião juntada no evento [0816143](#). Todavia, segundo relata, por equívoco, quando da elaboração do TR n. 6/2022 ([0842993](#)) foram reproduzidas regras que mantiveram a licitação de todos os serviços em lote único e assim, após a tramitação regular, o certame foi autorizado pela Diretoria-Geral, de acordo com o item 3 do Despacho 866/2022 ([0855908](#)).

**04.** Continua a Coordenadora da COMAP esclarecendo que, quando o processo aportou na SLC para a redação do edital, o Pregoeiro observou a contradição, já que o Parecer Jurídico n. 77/2022 ([0853968](#)) opinara pela contratação itenizada. Constatado o equívoco e que a insistência dessa regra poderia prejudicar o desfecho pretendido para o certame, solicitou o retorno do processo para os devidos ajustes no TR e seus anexos.

**05.** Em função dos referidos ajustes, veio ao processo o novo **TERMO DE REFERÊNCIA N. 11/2022/COMAP** ([0858530](#)) com pequenos ajustes na forma indicada pela informação da COMAP e os novos anexos do modelo de proposta ([0858534](#)) e da declaração de disponibilidade ([0858541](#)). Submetidos à análise da Seção de Apoio às Contratações - SAC, o conjunto de documentos foi considerado em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, regras do Decreto Federal n. 7.892/2013 e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 ([0864119](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**06.** também em função das alterações promovidas no TR, foi elaborada nova minuta do futuro contato pela SECONT, juntada ao processo no evento ([0864244](#)).

**07.** Assim, o processo foi enviado para análise desta unidade jurídica. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JÚRIDICA**

**08.** Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

**09.** Releva registrar que o termo de referência em análise, na sua essência, foi objeto de considerações e manifestação pela aprovação da autoridade administrativa por meio do Parecer Jurídico n. 11, de 18/01/2021 ([0781161](#)) e, mais recentemente pelo **Parecer Jurídico n. 77**, de 06/07/2022 ([0853968](#)), este último, adotado por celeridade e economicidade como parte integrante deste parecer.

**10.** Pode-se acrescentar que não há reparos às alterações promovidas pela unidade demandante, realizadas tão só para garantir a itenização dos diversos resíduos sólidos que compõe o objeto dos serviços, na forma ajustada pelos oito órgãos que integram a contratação compartilhada, fato registrado na ata da reunião juntada no evento [0816143](#). E, registre-se, na busca de finalmente, levar a cabo o registro de preços pretendido.

**11.** Verifica-se, ainda, que a minuta do futuro contrato que regulará a relação das partes na execução dos serviços, juntada ao processo no evento [0864244](#), adequou a redação da CLÁUSULA TERCEIRA de acordo com o novo TR, para registrar o regime de execução de **empreitada por preço unitário**. Assim, considerando os demais elementos dela constantes, tem-se que, sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

## **III – CONCLUSÃO**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**12. Pelo exposto**, considerando ainda os elementos que constam no **Parecer n. 77/2022**, da lavra desta unidade jurídica ([0853968](#)), o qual adota-se, por celeridade e economicidade, como parte integrante deste, naquilo que aplicável, opina esta Assessoria Jurídica:

**I - Considerando os elementos que constam do TERMO DE REFERÊNCIA N° 11/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0858530](#))**, também analisados em seus aspectos formais pela Seção de Apoio às Contratações - SAC, unidade agora responsável pela avaliação de projetos básico e termos de referência neste órgão, tem-se que o referido instrumento parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19, podendo ser apresentado a autoridade competente para atendimento ao inciso II do art. 14 da IN TRE-RO n. 004/2008;

**II - Pela viabilidade na formação de registro de preços**, com fundamento no art. 15, II, da Lei n. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal n. 7.892/2013, para contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento dos serviços objeto do referido TR, pelo procedimento licitatório **na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19;**

Tratando-se da formação de registro de preços, tem-se como dispensada a indicação de dotação orçamentária para a deflagração do certame, consoante a regra expressa contida no § 2º do art. 7º do Decreto n. 7.892/2013.

O edital de licitação, caso aprovada a pretensão da formação de registro de preços pela autoridade superior do órgão, deverá estabelecer **a forma de execução INDIRETA dos serviços, sob o regime de empreitada por preço UNITÁRIO, tipo menor preço por ITEM**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993.

Destaca-se que a COMAP optou pelo modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 1,0% (um inteiro por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

**III - Aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental**, registrados no capítulo 5 do TR e analisados nos **itens 32 a 36** do Parecer Jurídico n. 77/2012, parte integrante deste;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IV** - Em razão de o preço estimado para cada um dos 15 itens do objeto - todos inferiores ao limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) - **o certame deverá ser destinado exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte** com fundamento no artigo art. 48, inciso I da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015;

**V** - Na busca da proposta mais vantajosa, tratando-se de critério de julgamento pelo menor preço, pela **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto n. 10.024/2019 e indicado no item 8.1.III do TR em análise.

**13.** Ainda, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica aprova a minuta do contrato que regulará os termos da contratação ([0864244](#)), estando apta a produzir os efeitos jurídicos pretendidos.

**14.** Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada regimentalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 25/07/2022, às 17:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0865172** e o código CRC **C8F97F97**.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002221-59.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

ASSUNTO: Contratação eventual de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos. Repetição de certame fracassado (Pregão Eletrônico n. 5/2022) com alterações – Formação de Registro de Preços.

**DESPACHO Nº 964 / 2022 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP do TRE/RO ([0706543](#)), objetivando a **contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos**, via Sistema de Registro de Preços - SRP, a fim de atender as necessidades deste Tribunal, do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – TRT14, Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região – PRT14, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJ/RO, Procuradoria da República no Estado de Rondônia e Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia.

Apesar das 2 (duas) tentativas anteriores de contratação do objeto em questão restarem infrutíferas - Pregão Eletrônico n. 24/2021 (0760838) deserto e Pregão Eletrônico n. 5/2022 ([0800353](#)) fracassado -, a COMAP optou pela repetição da licitação. Para tanto, mediante a Informação n. 72/2022 ([0858543](#)), a COMAP noticiou que fora ajustado entre os representantes de todos os órgãos partícipes desta contratação, a alteração da modelagem da contratação. Assim, **ao invés de insistir no lote único para todos os serviços, deliberou fazê-la por item**, fato registrado na ata da reunião juntada no evento [0816143](#). Todavia, segundo relata, por equívoco, quando da elaboração do TR n. 6/2022 ([0842993](#)) foram reproduzidas regras que mantiveram a licitação de todos os serviços em lote único e, dessa forma, após a tramitação regular, o certame foi autorizado pela Diretoria-Geral, nos termos do Despacho n. 866/2022-GABDG ([0855908](#)).

Na referida informação, a Coordenadora da COMAP esclarecendo ainda que, quando o processo foi recebido na SLC para a redação do edital, o Pregoeiro observou a contradição, já que o Parecer



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Jurídico n. 77/2022 ([0853968](#)) opinara pela contratação por itens. Constatado o equívoco e que a insistência dessa regra poderia prejudicar o desfecho pretendido para o certame, solicitou o retorno do processo para os devidos ajustes no TR e seus anexos.

Diante disso, foi juntado novo Termo de Referência n. 11/2022-COMAP ([0858530](#)), com pequenos ajustes na forma indicada pela informação da COMAP e os novos anexos do modelo de proposta ([0858534](#)) e da declaração de disponibilidade ([0858541](#)).

Submetidos à análise da Seção de Apoio às Contratações - SAC, esses documentos foram considerados em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, regras do Decreto Federal n. 7.892/2013 e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 ([0864119](#)).

Em decorrência das alterações promovidas no TR, também foi elaborada nova minuta do futuro contrato pela SECONT, juntada no evento [0864244](#). Em seguida, remeteu os autos à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([0864254](#)).

A Assessoria Jurídica da SAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 113/2022 ([0865172](#)), em que opinou pela apresentação do Termo de Referência nº 11/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0858530](#)) à autoridade competente para atendimento ao inciso II do art. 14 da IN TRE-RO n. 004/2008; pela viabilidade da formação de **registro de preços**, com fundamento no art. 15, II, da Lei n. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal n. 7.892/2013, para contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento dos serviços objeto do referido TR, pelo procedimento licitatório **na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, na forma de execução INDIRETA dos serviços, sob regime de empreitada por preço UNITÁRIO, tipo menor preço por ITEM**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993; pela **aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental**, registrados no item 5 do TR; destinação do **certame exclusivamente às microempresas e empresas de pequeno porte**, com fundamento no artigo art. 48, inciso I, da LC 123/2016 e no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015; pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação. Por fim, aprovou a minuta de contrato apresentada pela SECONT (evento [0864244](#)), por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e atender aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por sua vez, a SAOFC, considerando a necessidade da contratação e a conclusão da análise da assessoria jurídica, manifestou-se pela: aprovação do ETP ([0731806](#)) e do Termo de Referência ([0858530](#)); pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado; autorização de licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica, tipo “menor preço por item”, mediante utilização do Sistema de Registro de Preços, dispensada a divulgação de Intenção de Registro de Preços, conforme justificativas apresentadas pela unidade técnica no item 5.6 do referido TR; inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, pois consulta ao mercado revelou um universo limitado de fornecedores potenciais, o que limitaria a participação e êxito do certame, acarretando prejuízos ao objeto a ser contratado, possibilidade prevista no art. 49, III, da LC n. 123/2006 e pelo art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/2015; e aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme item 5 do TR (Manifestação n. 342/2022 - evento [0865580](#)).

Vieram os autos para apreciação, nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que, embora tenha sido publicada a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste processo de transição serão adotadas as regras da lei antiga.

Compulsando os autos, verifica-se que a contratação pretendida ultrapassa o limite legalmente fixado para a dispensa, devendo ser processada por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, **na forma de execução INDIRETA dos serviços, sob o regime de empreitada por preço UNITÁRIO, tipo menor preço por ITEM**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993.

Dos autos se extrai a comprovada necessidade da contratação, tendo em vista a necessidade da destinação ambientalmente adequada dos resíduos perigosos em cumprimento à **Lei n. 6.938/1981**, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, e à **Lei n. 12.305/2010**, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Quanto à formação de registro de preços, observa-se que as justificativas constantes no item 7.1 do TR ([0858530](#)) **encontram-se de acordo com a hipótese permissiva** do Decreto Federal n. 7.892/2013 (incisos II e III do art. 3º) que atualmente disciplina o **art. 15, II, da Lei nº**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**8.666/93**, como também pelas alterações promovidas pelo **Decreto nº 8.250/2014** e **Decreto nº 9.488/2018**.

Dessa forma, verifica-se, pelas justificativas apresentadas no item 7.1 do Termo de Referência ([0858530](#)), que a formação de registro de preços é o procedimento adequado para a pretendida contratação, posto que melhor atende o interesse da Administração.

No tocante à divulgação da **Intenção de Registro de Preços – IRP**, a unidade solicitante manifestou-se, no subitem 7.2 do TR n. 11/2022-COMAP, desfavorável, porque a consulta aos demais órgãos foi realizada em momento anterior, durante o planejamento desta contratação, e os interessados já se manifestaram e integram este registro de preços na condição de órgãos participantes, no total de 06 (seis), além do TRE-RO.

Verifica-se inaplicável o regime de exclusividade na participação pois a consulta ao mercado revelou um universo limitado de fornecedores potenciais, o que limitaria a participação e êxito do certame, acarretando prejuízos ao objeto a ser contratado, possibilidade prevista no art. 49, III, da LC n. 123/2006 e pelo art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/2015.

Sobre a inaplicabilidade do regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte, esse ponto, embora a AJSAOFC tenha registrado outro entendimento no Parecer Jurídico n. 113/2022 ([0865172](#)), a SAOFC informou ter alinhado com a referida Unidade pela possibilidade jurídica de não se restringir o certamente somente à participação às ME/EPP's, mas também pela ampliação da competição às empresas de categoria econômica superior, visando a ampliação da competitividade, com amparo no art. 49, III, da LC n. 123/2006 e pelo art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/2015.

Consta do item 5 do termo de referência ([0858530](#)) a exigência do cumprimento de critérios de sustentabilidade definidos pela Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010, a Resolução do CONAMA n. 401/2008 e diversos outros normativos que regem a matéria.

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da contratação pretendida para atender as demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pelo art. 1º, inciso I da Portaria TRE-RO n. 66/2018:

**1 - aprovo o ETP ([0731806](#)) e o Termo de Referência n. 11/2022-COMAP ([0858530](#))**, porquanto possuem os elementos mínimos essenciais definidos no inciso [art. 3º, IV](#)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019, em atendimento ao **inciso II do art. 14** do mesmo regulamento;

**2 - aprovo o valor estimado da contratação constante da informação conclusiva (0842157)**, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

**3 - autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com execução INDIRETA dos serviços, sob o regime de empreitada por preço UNITÁRIO, tipo menor preço por ITEM**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993, combinado com a Lei nº 10.520/2002;

**4 - autorizo a utilização do Sistema de Registro de Preços e a dispensa da divulgação da IRP**, pois a consulta aos demais órgãos foi realizada em momento anterior, durante o planejamento desta contratação, e os interessados já se manifestaram e integram este registro de preços na condição de órgãos participantes;

**5 - determino a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's**, pois a consulta ao mercado revelou um universo limitado de fornecedores potenciais, o que limitaria a participação e êxito do certame, acarretando prejuízos ao objeto a ser contratado, possibilidade prevista no art. 49, III, da LC n. 123/2006 e pelo art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/2015;

**6 - determino a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental**, com fulcro na Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010, a Resolução do CONAMA n. 401/2008 e diversos outros normativos que regem a matéria, conforme exposto no item 5 do TR; e

**7 - autorizo a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação**, disponibilizando-os apenas após a fase de lances, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024/2019, por não se tratar de critério de julgamento pelo maior desconto.

À SAOFC para a continuidade, com vistas à contratação pretendida.

---





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 01/08/2022, às 13:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0866828** e o código CRC **3B1CF270**.

0002221-59.2021.6.22.8000

0866828v33



### **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002221-59.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COMAP

ASSUNTO: Minuta de Edital de Pregão Eletrônico – Contratação de pessoa jurídica – Formação de RP – Serviço de coleta de resíduos sólidos classe I - perigosos - Análise.

## **PARECER JURÍDICO Nº 131 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP do TRE/RO ([0706543](#)), objetivando a **contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos**, por via Sistema de Registro de Preços - SRP, a fim de atender as necessidades deste Tribunal, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – TRT14, Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região – PRT14, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJ/RO, Procuradoria da República no Estado de Rondônia e Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia.

**02.** Trata-se da terceira tentativa de contratar o objeto pretendido. Na primeira o certame restou fracassado ([0760521](#) e [0761082](#)); embora com alterações na modelagem da contratação, obteve-se idêntico resultado na segunda ([0799489](#))





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**03.** Em função de novas alterações processadas no termo de referência anterior, todas relatadas e analisadas no Parecer Jurídico n. 113 ([0865172](#)), esta unidade jurídica opinou pela viabilidade na formação de novo **registro de preços**, com fundamento no art. 15, II, da Lei n. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal n. 7.892/2013, para contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento dos serviços objeto do referido TR, pelo procedimento licitatório na modalidade de **Pregão, em sua forma eletrônica**, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19; aplicação do **regime de exclusividade às ME/EPP's**, fundamentado no artigo art. 48, inciso I da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015 e a **restrição da divulgação dos preços estimados do certame**, medida expressamente permitia pela redação do art. 15 do Decreto n. 10.024/2019 e indicado no item 8.1.III do TR em análise. Registre-se, ainda, que o referido parecer também **aprovou a minuta do contrato** que regulará os termos da contratação ([0864244](#)), estando apta a produzir os efeitos jurídicos pretendidos.

**04.** A manifestação do titular da SAOFC ([0865580](#)) acolheu parcialmente as conclusões do referido parecer, anotando contudo a **inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's**, vez que consulta ao mercado revelara universo limitado de fornecedores potenciais, o que limitaria a participação e êxito do certame, acarretando prejuízos ao objeto a ser contratado, possibilidade prevista no art. 49, III, da LC n. 123/2006 e pelo art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/2015.

**05.** Na sequência, o TR n. 11/2022-COMAP ([0858530](#)) foi aprovado e o certame autorizado pela Diretora-Geral deste Tribunal ([0866828](#)), nos moldes do referido parecer, com a anotação do titular da SAOFC.

**06.** Por meio do Despacho n. 1842/2022 ([0869562](#)) o processo seguiu à Seção de Licitações e Compras – SLC, que elaborou a minuta do instrumento convocatório e seus anexos ([0876223](#)). Assim instruídos, os autos foram enviados a esta unidade para análise da minuta. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**07.** Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

**08.** Verifica-se que a minuta do edital em análise ([0876223](#)) contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verificam-se satisfeitos os requisitos da Lei n. 8.666/93, notadamente em seu art. 40, e da Lei n. 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal n. 10.024/2019, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regedora, notadamente quanto à formação do registro de preços, regulada pelo Decreto Federal n. 7.892/2013.

**09.** Destaca-se:

a) as informações acerca da aquisição do edital, esclarecimentos e impugnações (capítulo 2);

b) a especificação do objeto pretendido, a indicação da formação de registro de preços, condição de órgão gerenciador deste Tribunal e o rol dos órgãos partícipes, a informação acerca da dotação orçamentária para a eventual contratação (capítulo 3);

c) o regime de ampla concorrência aplicada ao certame e, ainda, o registro de que as ME/EPP's poderão usufruir o tratamento diferenciado e simplificado previsto na LC 123/2006 (item 4. 2 do edital);

d) a previsão de apresentação de propostas com seus anexos e dos documentos de habilitação (item 5.1) com o **preço unitário de cada item** do objeto, de acordo com o item 5.2.1 do edital, com prazo mínimo de validade da proposta de 60 dias (item 5.7, de acordo com o registro contido no item 8.4, II do TR);

e) o intervalo mínimo de 1,0 (um por cento) para o lance, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta (item 7.2, de acordo com o registro contido no item 8.1, II do TR) e a adoção do modo de disputa aberto, no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos, de acordo com o item 7.6 do edital;

f) a necessária comprovação da habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista e de apresentação das declarações legais, de acordo com os itens 9.1 a 9.6 do edital.

**10.** Assinala-se que, na elaboração do instrumento, especificamente nos subtópicos **10.3**, houve registro de prazo razoável de **02 (duas) horas**, a partir da solicitação pelo pregoeiro, para o envio de toda e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

qualquer documentação complementar referente à habilitação, nos termos do art. 38, § 2º, do Decreto n. 10.024/2019.

**11.** Além disso, constatou-se no item 19.17 da minuta que o pregoeiro cuidou para que os preços estimados não fossem divulgados, recomendação contida no art. 15 do Decreto n. 10.024/2019 e autorizada pela Diretora Geral do TRE-RO.

**12.** Verifica-se ainda que a minuta do edital é complementada pelos anexos do Modelo padronizado de proposta (I); Termo de recebimento provisório (II), Termo de recebimento definitivo (III), Modelo de indicação de responsável técnico (IV), Declaração de disponibilidade (V), Minuta da ata de registro de preços, que traz como anexo o termo para a formação de cadastro de reserva (VI), minuta do futuro contrato (VII) e, por fim, o Termo de Referência (VIII), do qual foi excluída a informação do valor estimado.

**13.** Nesse sentido, todos os elementos parecem estar disciplinados de forma regular. Não obstante, sugere-se ao Pregoeiro a revisão do texto do instrumento convocatório, antes de sua publicação, com intuito de corrigir possíveis erros redacionais no seu texto e na sua estrutura.

### **III – CONCLUSÃO**

**14. Pelo exposto**, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do edital e seus anexos ([0876223](#)), estando o instrumento apto a desencadear a fase externa do certame competitivo.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 10/08/2022, às 17:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0876673** e o código CRC **BB52438C**.

0002221-59.2021.6.22.8000

0876673v10



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002221-59.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COMAP

ASSUNTO: Análise final – Pregão nº 31/2022. Contratação de pessoa jurídica – Formação de RP – Serviço de coleta de resíduos sólidos classe I - perigosos - Análise.

### **PARECER JURÍDICO Nº 189 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

#### **I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP do TRE/RO ([0706543](#)), objetivando a **contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos**, por via Sistema de Registro de Preços - SRP, a fim de atender as necessidades deste Tribunal, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – TRT14, Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região – PRT14, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia – TJ/RO, Procuradoria da República no Estado de Rondônia e Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia.

**02.** Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0876673](#)), o qual logrou aprovação desta unidade, conforme Parecer Jurídico nº 131/2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC ([0876673](#)).

**03.** Realizadas a fase interna e iniciada a fase externa do Pregão Eletrônico nº 31/2022 ([0877910](#)) por meio de sua publicação,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

conforme documentos comprobatórios de sua divulgação juntado ao evento [0878022](#).

**07.** Ainda, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

**a)** Impugnação de edital intempestiva elaborada pela AMAZON FORT SOLUÇÕES AMBIENTAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ([0886383](#));

**b)** Pedidos de esclarecimentos elaborados pela empresa citada e sua respectiva resposta ([0886381](#));

**c)** Relatório de propostas – Comprasnet ([0886386](#));

**d)** Proposta inicial e atualizada da licitante PRESERVA SOLUÇÕES LTDA - ME, CNPJ nº 15.515.617/0001-17 ([0886388](#) e [0895455](#));

**e)** Propostas inicial da licitante M. X. P. USINA DE INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA - ME, CNPJ nº 13.273.219/0001-06 ([0886389](#));

**f)** Solicitação nº 2/2022 – PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([0886390](#)) sobre a impugnação intempestiva citada, recebida como simples petição;

**g)** Solicitação nº 3/2022 – PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([0886400](#)) sobre as propostas iniciais apresentadas.

**h)** Manifestação nº 18/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0892238](#)) respondendo as solicitações da ASLIC.

**h)** Documentos de habilitação da licitante PRESERVA SOLUÇÕES LTDA ([0895456](#), [0895457](#) e [0895458](#)), bem como documentos complementares ([0897685](#), [0897687](#), [0897688](#), [0899993](#), [0899994](#) e [0904200](#));

**i)** Manifestações nº 22/2022 e nº 24/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP ([0896749](#) e [0899341](#)) da unidade técnica sobre os documentos de habilitação;

**j)** Ata do Pregão Eletrônico ([0904210](#));

**k)** Relatório – Resultado por Fornecedor ([0904211](#));

**l)** Termo de Adjudicação ([0904212](#)); e

**m)** Publicação do resultado da licitação em comento ([0905308](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**08.** Por fim, o pregoeiro relata as principais ocorrências do certame em seu Relatório 13/2022 ([0905309](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela ASLC a esta AJDG para análise dos atos praticados na licitação ([0905312](#)). **É o relatório.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**

**09.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0878022](#)).

**10.** Nas publicações dos avisos constam a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19.

**11.** Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

**a) Pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital:** Houve 1 (um) pedido de esclarecimentos, devidamente respondido ([0886381](#)). Também, ocorreu 1 (uma) impugnação ao edital intempestiva ([0886383](#)) recebida como mera petição pela ASLIC ([0886390](#)) e considerada infundada pela unidade técnica ([0892238](#)).

**b) Classificação/Desclassificação da proposta:** Não houve desclassificação de propostas;

**c) Lances:** Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0886386](#)) e todos os lances de cada item na Ata do Pregão ([0904210](#));

**d) Fase de negociação/aceitação:** O Pregoeiro nessa fase negocia com as licitantes a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor. As ocorrências estão registradas na ata do certame e relatadas nos quadros constantes do item 5.3 do Relatório nº 13/2022 – PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([0896749](#)), cuja





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

justificativa demonstra a aplicação, acertada e objetiva dos critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

**e) cancelados na aceitação:** não houve.

**f) Item deserto:** não houve.

**g) Fase de Habilitação:** Após diligências necessárias levantadas pela COMAP ([0896749](#) e [0899341](#)) e atendidas pelo licitante por meio de documentos complementares ([0897685](#), [0897687](#), [0897688](#), [0899993](#), [0899994](#) e [0904200](#)), o pregoeiro habilitou a licitante PRESERVA SOLUÇÕES LTDA - ME, CNPJ nº 15.515.617/0001-17 ([0895456](#), [0895457](#) e [0895458](#)).

**h) Recursos:** Não houve.

**12.** Registra-se que os prazos recursais se acham vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.

**13.** O procedimento licitatório em comento foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado obtiveram uma economia significativa.

**14.** O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico 31/2022 ([0904210](#)).

**15.** Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da Legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

## **III – CONCLUSÃO**

**16. Ante o exposto,** e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação** ([0904212](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 27/09/2022, às 09:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor Jurídico, em 27/09/2022, às 09:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0906768** e o código CRC **36CF2925**.

0002221-59.2021.6.22.8000

0906768v11



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002221-59.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 31/2022 – Formação de RP – Serviço de coleta de resíduos sólidos classe I - perigosos

**DESPACHO Nº 1281 / 2022 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP do TRE/RO ([0706543](#)), objetivando a **contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de coleta de resíduos sólidos classe I – perigosos**, por via Sistema de Registro de Preços - SRP, a fim de atender as necessidades deste Tribunal, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região – TRT14, Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região – PRT14, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, Tribunal de Justiça do Estado de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Rondônia – TJ/RO, Procuradoria da República no Estado de Rondônia e Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia ([0706543](#)).

Após a publicação do edital do certame, houve um pedido de esclarecimento, devidamente respondido ([0886381](#)), bem como uma impugnação ao edital julgada intempestiva ([0886383](#)). Não houve registro de intenção de recurso.

O pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas – Comprasnet ([0886386](#)), a Ata do Certame ([0904210](#)), resultado por fornecedor ([0904211](#)), termo de adjudicação ([0904212](#)) e a comprovação de sua publicação no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0905308](#)). Por fim juntou o Relatório nº 13/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/ASLIC ([0905309](#)), expondo as principais ocorrências do certame e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([0905312](#)).

De posse dos autos, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela **homologação do certame pela autoridade competente**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (0904212), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 (0906768).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico SRP nº 31/2022 ([0877910](#)).

Verifica-se, dos autos, que no dia e horário marcados, o Pregoeiro abriu a sessão, registrando a presença de 02 (duas) licitantes. Superada a etapa de lances, o Pregoeiro iniciou a análise e negociação das propostas registrando todas as ocorrências relativas a redução dos valores e das propostas mais vantajosas. Na fase de habilitação, registrou-se ocorrências relativas à licitante Preserva Soluções Ltda, que após as diligências e apresentação da documentação solicitada, habilitando-a tendo em vista a regularidade de toda documentação apresentada.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante: PRESERVA SOLUCOES LTDA, CNPJ 15.515.617/0001-17, preço total R\$ 59.418,95. Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora.

Dos documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

Dessa forma, o procedimento foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preços mais vantajosos, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública (0904210).

Além disso observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado à empresa vencedora.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP nº 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2022-SRP**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação (0904212).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à **ASLIC** para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, à **SAOFC** para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 29/09/2022, às 11:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0908632** e o código CRC **FDA401E8**.